

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Roberta Santos da Silva

**A apropriação de resultados dos testes do Sistema Mineiro de Avaliação e
Equidade da Educação Pública em uma escola da rede estadual de Minas
Gerais**

Juiz de Fora
2025

Roberta Santos da Silva

**A apropriação de resultados dos testes do Sistema Mineiro de Avaliação e
Equidade da Educação Pública em uma escola da rede estadual de Minas
Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para o exame de qualificação no Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de Concentração:

Orientadora: Prof. Dr. Eliane Medeiros Borges

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da
Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

da Silva, Roberta Santos.

A apropriação de resultados dos testes do Sistema Mineiro de
Avaliação e Equidade da Educação Pública em uma escola da rede
estadual de Minas Gerais / Roberta Santos da Silva. -- 2025.

95 p.

Orientadora: Eliane Medeiros Borges

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Gestão e
Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. Avaliação externa. 2. Desempenho escolar. 3. Apropriação de
resultados. 4. Fatores Associados. I. Borges, Eliane Medeiros ,
orient. II. Título.

Roberta Santos da Silva

A apropriação de resultados dos testes do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública em uma escola da rede estadual de Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Educação

Aprovada em 27 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Eliane Medeiros Borges - Orientador Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Luiz Flavio Neubert
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Sammy Cardozo Dias
PUC-Rio

Juiz de Fora, 17/03/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Medeiros Borges**, Professor(a), em 27/03/2025, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sammy Cardozo Dias**, Usuário Externo, em 02/05/2025, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Flavio Neubert**, Professor(a), em 05/05/2025, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 2295545 e o código CRC CCE62C59.

Dedico este trabalho com profundo carinho e gratidão aos meus pais, Maria Aparecida e José Roberto, cujo amor incondicional e apoio constante, foram a base para que essa jornada se tornasse realidade. A vocês que me inspiram na busca constante pelo conhecimento, meu eterno agradecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus que me concedeu a oportunidade, a força e a perseverança para trilhar e concluir esta significativa etapa da minha jornada acadêmica. Sua luz guiou meus passos e me fortaleceu nos momentos de desafio.

Olho para trás e vejo que este caminho, por vezes desafiador, foi percorrido com o apoio inestimável de pessoas que tornaram cada passo mais leve e significativo.

À minha amada família meu porto seguro, meu alicerce inabalável. O amor incondicional, a paciência infinita e o incentivo constante de vocês foram a força motriz que me impulsionou a seguir em frente, mesmo nos momentos de maior incerteza. Cada palavra de apoio, cada sorriso encorajador, foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Esta vitória também é de vocês.

Aos meus queridos amigos do “**Grupo R**”, companheiros de jornada e confidentes leais. As trocas de experiências, os debates enriquecedores, o ombro amigo nos momentos de angústia e as celebrações sinceras a cada pequena conquista foram um bálsamo para a alma. À minha amiga Tathiane Alves, saber que podia contar com você, dividir as dificuldades e compartilhar as alegrias, tornou esta caminhada muito mais prazerosa e suportável. Agradeço por cada risada, por cada palavra de incentivo, por cada oração e por acreditar em mim, mesmo quando eu duvidava.

Levarei para sempre em meu coração a certeza de que não trilhei este caminho sozinha. Muito obrigada.

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso estudado discute o baixo desempenho dos estudantes da Escola Estadual Minas do Amanhã nos testes do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave) e como ocorrem as práticas de apropriação dos resultados. Destarte, este caso se propõe a responder à pergunta: o que pode ser feito para aprimorarmos a apropriação dos resultados das avaliações externas em uma escola estadual do interior de Minas Gerais? O objetivo geral deste estudo é analisar se, e como ocorrem as práticas de apropriação de resultados pelos professores e equipe gestora em uma escola da rede estadual de Minas Gerais. Os objetivos específicos foram: i) Descrever as práticas pedagógicas da escola em torno da apropriação de resultados das avaliações; ii) Investigar como a escola utiliza os dados fornecidos pelas avaliações do SIMAVE; iii) Propor ações que auxiliem no processo de apropriação e análise dos resultados das avaliações pela escola. Utilizaremos, como metodologia, a pesquisa qualitativa, e, como instrumento de coleta de dados, a entrevista. O referencial teórico deste estudo abarca as análises de pesquisadores que abordam as políticas educacionais de avaliação da Educação Básica no Brasil. Alguns como de Bonamino e Sousa (2012), que analisam as gerações de avaliação em larga escala no Brasil e as possíveis implicações para o currículo escolar. E outros como Franco e Calderón (2017) que auxiliam na compreensão sobre o processo de implementação do Simave; Boudett (2020), sobre o uso de evidências na educação e Lück (2009) como suporte para abordar a gestão escolar e suas competências diante dos resultados das avaliações. Propõe-se, como conclusão, um Plano de Ação Educacional (PAE) com o objetivo de implementar uma nova cultura de apropriação dos resultados das avaliações externas na escola investigada. As ações delineadas buscam promover o debate coletivo e sistemático sobre os resultados, incentivando as discussões e análises regulares para interpretação dos dados, identificação de possibilidades de melhoria e consolidação da importância da avaliação externa como instrumento de gestão, enquanto ferramenta valiosa para o planejamento, monitoramento e aprimoramento das práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Avaliação externa. Desempenho escolar. Apropriação de resultados. Fatores associados.

ABSTRACT

This dissertation is developed within the scope of the Professional Master's Program in Management and Evaluation of Education (PPGP) at the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The case studied discusses the low performance of students at the Minas do Amanhã State School in the tests of the Minas Gerais Public Education Evaluation and Equity System (Simave) and how the appropriation practices of the results occur. Therefore, this case aims to answer the question: what can be done to improve the appropriation of external evaluation results in a state school in the interior of Minas Gerais? The general objective of this study is to analyze whether, and how, appropriation practices of results occur by teachers and the management team in a state school in Minas Gerais. The specific objectives were: i) To describe the pedagogical practices of the school regarding the appropriation of evaluation results; ii) To investigate how the school uses the data provided by Simave evaluations; iii) To propose actions that assist in the process of appropriation and analysis of the evaluation results by the school. The methodology used is qualitative research, and the data collection instrument is the interview. The theoretical framework of this study encompasses the analyses of researchers who address educational policies for Basic Education evaluation in Brazil. Some, like Bonamino and Sousa (2012), analyze the generations of large-scale assessments in Brazil and their potential implications for the school curriculum. Others, such as Franco and Calderón (2017), help in understanding the implementation process of Simave; Boudett (2020) discusses the use of evidence in education, and Lück (2009) provides support for addressing school management and its competencies in light of evaluation results. The conclusion proposes an Educational Action Plan (PAE) aimed at implementing a new culture of appropriation of external evaluation results at the investigated school. The outlined actions seek to promote collective and systematic debate on the results, encouraging regular discussions and analyses for interpreting the data, identifying possibilities for improvement, and consolidating the importance of external evaluation as a management tool, while serving as a valuable instrument for planning, monitoring, and enhancing pedagogical practices.

Keywords: External evaluation. School performance. Appropriation of results.
Associated factors.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Intervalos característicos de padrão de desempenho do Simave – Língua Portuguesa	26
Figura 2	- Intervalos característicos de padrão de desempenho do Simave – Matemática.....	26
Figura 3	- Competências de gestão de resultados educacionais.....	53
Quadro 1	- Histórico Sistema de Avaliação da Educação Básica (1990-2021) ...	18
Quadro 2	- Projetos Escolares expressos no Projeto Político Pedagógico – 2024.....	39
Quadro 3	- Perfil dos participantes da pesquisa.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Número de estudantes matriculados na E.E. Minas do Amanhã por ano de escolaridade (2024)	30
Tabela 2	- Quadro de funcionários da Escola Estadual Minas do Amanhã (2024).....	31
Tabela 3	- Rendimento escolar dos estudantes por ano de escolaridade na E.E. Minas do Amanhã (2018 - 2022) (%)	32
Tabela 4	- Desempenho dos estudantes do 2º ano da Escola Estadual Minas do Amanhã em Língua Portuguesa no Proeb (2014-2023) (%).....	42
Tabela 5	- Desempenho dos estudantes do 2º ano da Escola Estadual Minas do Amanhã em Matemática no Proeb (2014-2023) (%)	42
Tabela 6	- Desempenho dos estudantes do 5º ano da Escola Estadual Minas do Amanhã em Língua Portuguesa no Proeb (2014-2023) (%).....	43
Tabela 7	- Desempenho dos estudantes do 5º ano da Escola Estadual Minas do Amanhã em Matemática no Proeb (2014-2023) (%).....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATB	Assistente Técnico de Educação Básica
ASB	Auxiliar de Serviços de Educação Básica
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CBA	Ciclo Básico da Alfabetização
CEBRASP	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos
COVID 19	Coronavirus Disease 19
CRMG	Currículo Referência de Minas Gerais
EEB	Especialista da Educação Básica
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
ENCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSE	Indicador de nível socioeconômico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PEB	Professor de Educação Básica
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SRE/JF	Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora

SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
Undime-MG	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, seccional Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	A APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO SIMAVE NA ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ.....	13
2.1	A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL	14
2.2	A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA EM MINAS GERAIS.....	21
2.2.1	O Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública,.....	23
2.3	A ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ : LOCALIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA, PÚBLICO ATENDIDO, FUNCIONAMENTO E CORPO DOCENTE.....	28
2.3.1	O Projeto Político Pedagógico da escola e sua relação com o desempenho dos estudantes e a proposta de avaliação.....	36
2.3.2	Os resultados das avaliações do Simave e a relação com a prática pedagógica na Escola Estadual Minas do Amanhã.....	41
3	OS FATORES ASSOCIADOS AO BAIXO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DA ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ.....	47
3.1	A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR E A APROPRIAÇÃO DE SEUS RESULTADOS.....	47
3.2	METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	54
3.3	A ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ E A APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS: A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E EQUIPE GESTORA.....	57
3.3.1	A avaliação externa e o acesso aos resultados.....	58
3.3.2	A percepção dos profissionais sobre as avaliações externas e o resultado da escola.....	63
3.3.3	Ações de apropriação dos resultados das avaliações externas.....	66
4	PLANO DE AÇÕES EDUCACIONAIS	68
4.1	PAE – CONSTRUINDO A CULTURA DA APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS NA ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ.....	68

5.	CONCLUSÃO.....	76
	REFERÊNCIAS	78
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ	81
	APENDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ.....	83

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as avaliações têm sido tema de diversos debates que envolvem a qualidade da educação. Luckesi (2002), por exemplo, considera a avaliação um dos processos fundamentais da prática docente, pois constitui-se como um mecanismo de reflexão da aprendizagem escolar, ou seja, é um instrumento de reconhecimento do alcance dos objetivos previstos, de caminhos percorridos e de identificação de novos rumos.

Nesta perspectiva, as avaliações são ferramentas essenciais para a melhoria da qualidade da educação. Elas permitem que as instituições de ensino, a equipe gestora e os professores identifiquem os pontos fortes e fracos dos estudantes, bem como os aspectos que precisam ser aprimorados no processo de ensino e aprendizagem (Cassundé, 2016).

Analisar os dados e informações coletados por meio das avaliações significa compreender aspectos importantes presentes no processo de escolarização, sejam eles internos ou externos à escola. Os dados provenientes das avaliações permitem um entendimento sobre como variados fatores podem influenciar no cotidiano da escola e em seus processos de gestão. A partir da análise de dados, a instituição de ensino pode tomar decisões sobre como rever o currículo, os métodos de ensino e o suporte dado aos estudantes.

Diante dessa importância das avaliações, o presente estudo busca compreender como as práticas de apropriação dos resultados das avaliações externas ocorrem na escola investigada, sabendo que os dados precisam ser analisados conjugados com outros elementos do contexto escolar. A escolha pelo Simave reside no fato de ser esse o sistema utilizado para monitorar a qualidade do ensino ofertado no estado de Minas Gerais, onde está localizada a escola objeto da pesquisa. Nesse sentido, os dados do Simave ao oferecerem indicadores de qualidade da educação, nos permite identificar as áreas em que os alunos apresentam maior ou menor desempenho, o que se coloca como de fundamental importância para se pensar as possibilidades e as lacunas das práticas gestoras e pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

Ao apresentar os indicadores da rede, o Simave organiza esses dados em quatro padrões de desempenho: avançado, recomendado, intermediário e baixo. No caso da escola pesquisada, os dados indicam que grande parte dos estudantes estão

alocados no padrão baixo, o que justifica a necessidade de olhar para as práticas realizadas em relação aos dados da avaliação.

No que diz respeito às etapas avaliadas, o Simave com o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), avalia os estudantes dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Enquanto o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), avalia os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental. Diante disso e considerando a oferta da escola investigada, que atende apenas os iniciais do Ensino Fundamental, o 5º ano de escolaridade é a etapa de ensino sob análise neste estudo.

Além disso, o 5º ano de escolaridade marca a transição do Ensino Fundamental I para o II, sendo um momento crucial para avaliar o desenvolvimento dos estudantes e identificar possíveis dificuldades de aprendizagem, para que sejam superadas antes que a transição ocorra. A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017, p. 55) considera que essa transição:

se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares. Como bem destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, 'os alunos, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais'. Realizar as necessárias adaptações e articulações, tanto no 5º quanto no 6º ano, para apoiar os alunos nesse processo de transição, pode evitar ruptura no processo de aprendizagem, garantindo-lhes maiores condições de sucesso.

Nesse sentido, analisar o 5º ano de escolaridade nesse estudo, pressupõe também identificar em que lugar localizamos as maiores dificuldades dos estudantes da Escola Estadual Minas do Amanhã¹, e seus impactos em suas trajetórias escolares futuras.

Isso porque, conforme mencionado anteriormente, os dados coletados no portal Simave indicam que um percentual expressivo de estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental (EF) da escola, testados no Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb), no período de 2018 a 2023, está nos padrões mais baixos

¹ nome fictício, utilizado para preservar a identidade da escola e dos servidores assegurando que as informações sejam utilizadas apenas para fins acadêmicos, garantindo o anonimato dos participantes nessa pesquisa.

de desempenho, principalmente no ano de 2021. Em Língua Portuguesa, apenas 6% dos estudantes estiveram no padrão avançado e 18% no recomendado, ou seja, 76% dos estudantes concluíram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental sem terem consolidado os conhecimentos e as habilidades previstas em Língua Portuguesa (Minas Gerais, 2019). Em Matemática, a situação é ainda mais preocupante. Ao longo dos anos, o número de estudantes no nível baixo aumentou significativamente, chegando à 71% em 2021, com 24% dos estudantes no padrão de desempenho intermediário, apenas 5% no nível recomendado e nenhum estudante no nível avançado. Portanto, significativa parcela dos estudantes está progredindo para as etapas de ensino sem consolidar as competências e as habilidades mínimas previstas nos documentos curriculares. Diante desses dados é importante investigar se os profissionais que atuam nessa escola acessam esses dados, são capazes de interpretá-los e identificar os fatores associados que levam os estudantes a alcançarem esse desempenho.

Em função deste contexto educacional, a pergunta de pesquisa definida para este estudo é: o que pode ser feito para aprimorarmos a apropriação dos resultados das avaliações externas em uma escola estadual do interior de Minas Gerais?

A partir desta pergunta foi definido o seguinte objetivo geral: analisar se e como ocorrem as práticas de apropriação de resultados pelos professores e equipe gestora em uma escola da rede estadual de Minas Gerais. Já os objetivos específicos são: i) Descrever as práticas pedagógicas da escola em torno da apropriação de resultados das avaliações; ii) Investigar como a escola utiliza os dados fornecidos pelas avaliações do SIMAVE; iii) Propor ações que auxiliem no processo de apropriação e análise dos resultados das avaliações pela escola. O interesse por este caso de gestão está associado à minha atuação profissional. Em 2017 entrei em exercício no cargo de Professora da Educação Básica (PEB) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Escola Estadual Minas do Amanhã. No cotidiano da escola, ao ministrar as aulas para as turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, observo que as dificuldades dos estudantes, tais como dificuldades na leitura e na escrita de textos, problemas de compreensão e processamento de informações estão refletindo no desempenho deles em avaliações externas. Tal percepção leva a pensar na necessidade de analisar os dados das avaliações e propor intervenções no processo de aprendizagem para que, como consequência, haja melhoria nos resultados da escola.

O referencial teórico deste estudo abarca as políticas educacionais de avaliação da Educação Básica no Brasil. Dentre esses estudos utilizamos as contribuições de Bonamino e Sousa (2012), que analisam as gerações de avaliação em larga escala no Brasil e as possíveis implicações para o currículo escolar. Para aprofundarmos a compreensão da implementação do Simave, o estudo de Franco e Calderón (2017) se torna fundamental. Através de uma análise coesa, os autores traçam um panorama da trajetória do Simave à luz das três gerações de avaliação da Educação Básica no Brasil, entre 2000 e 2013. Essa análise nos permite observar as transformações pelas quais o processo de implementação passou ao longo do tempo.

Inicialmente, o Simave se caracterizava por um modelo diagnóstico, no qual o foco principal era identificar o desempenho dos estudantes em diferentes áreas do conhecimento e níveis de escolaridade. Em seguida, evoluiu para um modelo que priorizava o alcance de metas de desempenho e a gestão dos resultados. Essa fase foi marcada por um maior direcionamento para a *accountability*², buscando conectar o desempenho dos estudantes aos indicadores de qualidade educacional. Na geração mais recente, observa-se a ênfase na produtividade, atrelada ao desempenho dos estudantes nos testes avaliativos do Simave. Essa etapa levanta questionamentos sobre os impactos dessa abordagem na qualidade da educação e na formação integral dos estudantes.

A metodologia de pesquisa utilizada neste estudo é qualitativa e a obtenção de dados feita por meio da realização de entrevistas com os docentes (professores da Educação Básica, efetivos e convocados) e com a equipe gestora da escola (diretor e especialistas da educação). A análise dos dados coletados tem como fundamentação a pesquisa apresentada a partir do Projeto *Data Wise* desenvolvido na *Harvard Graduate School of Education*, sobre o uso de dados resultantes das avaliações pela equipe gestora (Boudett; City; Munare, 2020).

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo capítulo descreve o caso de gestão, apresentando inicialmente um panorama geral sobre a escola, seus resultados em avaliações nacionais, seguido dos resultados do Simave, com foco no baixo desempenho dos estudantes da escola

² Também denominado de responsabilização, define-se como um processo mediante o qual se tornam públicas as informações sobre o trabalho das escolas e consideram-se os gestores e outros membros da equipe escolar como corresponsáveis pelo nível de desempenho alcançado pela instituição (Brooke, 2006).

estudada. O capítulo três, por sua vez, traz o referencial teórico, a metodologia e a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo. No capítulo quatro apresentamos o Plano de Ação Educacional (PAE).

2 A APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO SIMAVE NA ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ

O objetivo deste capítulo é descrever como a apropriação de resultados das avaliações do Simave ocorre na Escola Estadual Minas do Amanhã (EEMA). Para isso, ele está organizado em três seções. A seção 2.1 apresenta um histórico da avaliação em larga escala no Brasil. A seção 2.2 apresenta o Simave. A última seção, 2.4, apresenta a Escola Estadual Minas do Amanhã, sua infraestrutura, seus recursos humanos, seus projetos pedagógicos e os resultados das avaliações externas, com ênfase nos dados referentes ao 5º ano Ensino Fundamental no Simave.

Lück (2009) ao abordar em seus estudos a gestão de resultados educacionais, enfatiza a importância das avaliações externas como instrumentos fundamentais para melhoria da educação e ressalta que esse é um processo que envolve práticas de gestão voltadas para o aprimoramento do desempenho escolar, refletindo em aspectos como frequência e proficiência dos alunos.

Para tanto será necessário que ocorra a apropriação dos resultados pelos professores, um movimento que envolverá a compreensão dessas informações e aplicação em suas práticas diárias.

Nesse sentido os dados ajudam os professores a identificarem áreas de dificuldade e adaptar suas metodologias de ensino. “Os resultados das avaliações devem ser analisados e utilizados pelos educadores para promover mudanças significativas nas práticas pedagógicas”. (Lück, 2009, p. 136). Quando professores têm acesso a informações objetivas sobre desempenho de seus alunos, eles podem ajustar suas abordagens, material didático, promovendo um ensino mais eficaz.

Além disso, a apropriação dos resultados facilita a reflexão crítica sobre a prática. Uma vez que “o monitoramento e a avaliação não são apenas atividades complementares, mas fundamentais para os educadores compreendam a eficácia de suas ações e busquem melhorias contínuas”. (Lück, 2009, p. 56). Essa reflexão permite que os professores se sintam mais empoderados e responsáveis pela aprendizagem de seus alunos.

Diante dessa importância que a apropriação dos resultados das avaliações possui e em suas implicações no desempenho dos estudantes, apresentamos a seguir a avaliação em larga escala no Brasil e no Estado de Minas Gerais, seus objetivos e transformações em decorrência de sua intencionalidade.

2.1 A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL

A avaliação educacional é uma ferramenta para aferir o aprendizado dos estudantes. O resultado das avaliações permite monitorar o processo de ensino para implementar melhorias nos currículos e nas práticas pedagógicas. De acordo com Gatti (2009), a avaliação educacional comporta subáreas, com características diferentes, como a avaliação de sistemas educacionais, a avaliação de desempenho escolar em nível de sala de aula, a avaliação institucional, a avaliação de programas e a autoavaliação. Além disso, a avaliação educacional possui diferentes abordagens e alcance, de acordo com o objetivo pretendido.

A avaliação pode ser interna, com o objetivo de ser diagnóstica, na qual identificamos o que os estudantes já sabem sobre determinado conteúdo apresentado, com vistas a nortear o trabalho docente, ou tem o objetivo de ser formativa, para identificar o que os estudantes aprenderam ao longo do processo de apresentação do conteúdo. Esse tipo de avaliação ocorre dentro da escola como parte do processo de ensino e de aprendizagem, propiciando avaliar continuamente o estudante e ajustar a prática docente de acordo com as necessidades individuais ou coletivas evidenciadas. Para Bauer (2015), as avaliações internas poderiam ser identificadas como avaliações institucionais, conduzidas com vistas ao conjunto de elementos que caracterizam o trabalho escolar. A avaliação interna permite, dessa forma, a utilização de instrumentos e técnicas diversas, tais como observação, atividades práticas, tarefas em grupo, avaliação objetiva, dinâmicas, ao longo de todo o processo.

A avaliação externa, por outro lado, ocorre em momentos específicos e é conduzida por entidades ou instituições externas à escola, com o propósito de medir o desempenho dos estudantes em habilidades e competências ensinadas na escola, com o objetivo de fornecer informações sobre o desempenho de estudantes, escolas ou sistemas de ensino para autoridades públicas ou a sociedade em geral. Esse tipo de avaliação é descrito também por Bauer (2015), como um processo de utilização de provas padronizadas, aplicadas em larga escala, configurando nitidamente um processo de avaliações, com crescente importância no desenho das políticas educacionais de todos os entes federados. Embasados nas definições de Bauer

(2015), cabe dizer que este estudo foca na análise de dados de avaliações externas, mais especificamente o Simave.

No Brasil, as avaliações externas são realizadas por diferentes órgãos como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Fundação Cesgranrio, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Estas instituições prestam serviços de avaliação para sistemas estaduais e municipais de educação, que abrangem diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. Os resultados dessas avaliações podem ser utilizados para monitorar o desempenho dos estudantes ao longo do tempo; identificar áreas que precisam ser aprimoradas; orientar a elaboração de políticas educacionais e fornecer informações para os pais e responsáveis.

Trata-se de um processo de coleta de dados sobre o desempenho de estudantes em uma determinada área do conhecimento, em um dado momento. Essas avaliações podem ser realizadas em uma escala nacional, estadual ou municipal e envolvem muitos estudantes, com o objetivo de fornecer dados que possibilitem analisar o desempenho deles em determinadas habilidades e competências dos componentes curriculares avaliados.

As avaliações externas são padronizadas, o que significa que todos os estudantes realizam o mesmo conjunto de testes, o que permite uma comparação equitativa do desempenho em relação a critérios estabelecidos. Tal padronização está associada ao uso da Teoria de Resposta ao Item (TRI), que analisa cada item do teste individualmente, considerando sua dificuldade, capacidade de discriminar entre diferentes níveis de habilidade e índice de acerto ao acaso, que estima a probabilidade de um respondente acertar ou errar um item, considerando sua habilidade no quesito avaliado e as características do mesmo com base em modelos matemáticos.

Nesse contexto, sendo a avaliação externa um processo contínuo e abrangente que busca analisar e medir o desempenho de um sistema como um todo, será denominado avaliação sistêmica ou em larga escala, pela busca por compreender as interações entre os diferentes componentes do sistema e como eles contribuem para os resultados. Conforme apontam Bonamino e Souza (2012, p. 376), suas origens remontam aos anos finais da década de 1980.

Situa-se nos anos finais da década de 1980 a primeira iniciativa de organização de uma sistemática de avaliação dos ensinos fundamental e médio em âmbito nacional. Essa sistemática é denominada pelo Ministério da Educação (MEC), a partir de 1991, como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Saeb, principal sistema de avaliação da qualidade da educação básica, avalia a cada dois anos, uma amostra de estudantes regularmente matriculados na 4ª e na 8ª série (6º e 9º ano) do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio, em escolas públicas e privadas localizadas em área urbana e rural.

Em âmbito nacional, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que avaliam o desempenho dos estudantes de forma censitária, a cada dois anos, em diferentes áreas do conhecimento, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Inglês. Juntamente com os testes, são aplicados questionários sobre fatores associados ao resultado. Ao coletar dados sobre o ambiente de aprendizagem e as características individuais dos estudantes, os questionários sobre desempenho em avaliações fornecem informações importantes para aprimorar práticas pedagógicas e políticas educacionais. (INEP, 2024).

De acordo com a portaria nº 267, de 21 de junho de 2023 atualmente, os testes do Saeb são aplicados por áreas do conhecimento específicas de acordo com o ano de escolaridade. Para estudantes da educação Infantil em escolas públicas, privadas e conveniadas com o poder público, Ensino Fundamental em turmas de 2º, 5º e 9º anos em escolas públicas e privadas, são aplicados testes de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Para o Ensino Médio (EM) em turmas de 3ª e 4ª séries de escolas públicas e privadas são aplicados os testes de Língua Portuguesa e de Matemática.

Os “testes do Saeb são elaborados com base em matrizes de referência, desenhadas a partir de uma síntese do que é comum a diferentes propostas curriculares estaduais, municipais e nacionais” (Bonamino; Souza, 2012, p.337). Os dados dos testes permitem ao Inep realizar um diagnóstico da Educação Básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

A escala de proficiência do Saeb é uma ferramenta fundamental para interpretar os resultados das avaliações e compreender o nível de aprendizado dos estudantes em diferentes áreas do conhecimento. Ela funciona como uma espécie de régua, indicando em quais habilidades os estudantes demonstram domínio e quais precisam ser desenvolvidas.

Para Língua Portuguesa, a escala vai de 0 a 500 pontos, distribuídos na escala em dez níveis a serem considerados conforme os domínios da matriz de referência são eles apropriação do sistema de escrita, estratégias de ensino e processamento do texto. Os estudantes com desempenho até 150 pontos na escala estão no nível baixo de 150 a 200 no nível intermediário, de 200 a 250 nível recomendado e acima de 250 no nível avançado.

As habilidades de Matemática são distribuídas na escala em nove níveis, de acordo com domínios da matriz de referência, quais sejam: espaço e forma, grandezas e medidas, números e operações/álgebra e funções e tratamento da informação. Os estudantes com desempenho até 175 pontos estão nos níveis baixos, de 175 a 225 nos níveis intermediários, de 225 a 275 níveis recomendados e acima de 275 nos níveis avançados.

O Saeb teve sua configuração alterada ao longo dos anos, no que diz respeito ao público-alvo, à abrangência e as áreas avaliadas, conforme apresenta o quadro 1, elaborado a partir dos dados do Inep.

Quadro 1 – Histórico Sistema de Avaliação da Educação Básica (1990-2021)

Edição	Público-alvo	Abrangência	Áreas avaliadas
1990 (1ª edição) - formato piloto	1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do EF	Escolas públicas (amostral)	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e redação
1993 (2ª edição) - formato piloto	1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do EF	Escolas públicas (amostral)	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e redação
1995 (3ª edição) - nova metodologia de construção do teste e análise de resultados: a Teoria de Resposta ao Item (TRI).	4ª, 8ª séries do EF e 3ª série do EM	Escolas públicas e particulares (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática
1997 (4ª edição) - os itens para os testes cognitivos da avaliação passam a ser elaborados a partir de matriz de referência própria.	4ª, 8ª séries do EF e 3ª série do EM	Escolas públicas e particulares (amostral)	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais (Física, Química e Biologia)
1999 (5ª edição) - realização de estudo-piloto para a avaliação de Ciências Humanas.	4ª, 8ª séries do EF e 3ª série do EM	Escolas públicas e particulares (amostral)	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais (Física, Química e Biologia) e Ciências Humanas (História e Geografia)
2001 (6ª edição) - Passa a aplicar testes apenas de Língua Portuguesa e Matemática e são adotadas novas matrizes de referência.	4ª, 8ª séries do EF e 3ª série do EM	Escolas públicas e particulares (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática
2001 (7ª edição) - Consolidação da edição anterior.	4ª, 8ª séries do EF e 3ª série do EM	Escolas públicas e particulares (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática
2005 (8ª edição) - reestruturado pela Portaria Ministerial n. 931, de 21 de março de 2005. O sistema passa a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida como Prova Brasil.	3ª série do EM 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do EF	Escolas públicas (censitária) Escolas particulares (amostral) Escolas públicas e particulares (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática Língua Portuguesa e Matemática
2007 (9ª edição) – Nasce o Índice de Desenvolvimento da Educação	3ª série do EM	Escolas públicas e particulares (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática

Básica (IDEB), uma combinação das médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar.	4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do EF	Escolas públicas (censitária) Escolas particulares (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática
2009 e 2011 - Mesmo formato de suas edições anteriores.	3ª série do EM	Escolas públicas e particulares (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática
	4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do EF	Escolas públicas (censitária) Escolas particulares (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática
2013 - A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), passa a compor o Saeb a partir da divulgação da Portaria n. 482, de 7 de junho de 2013. Outra inovação da edição foi a inclusão, em caráter experimental, de testes de Ciências Humanas e Ciências da Natureza para estudantes do 9º ano do ensino fundamental.	3º ano do EF	Escolas públicas (censitária)	Leitura, Escrita e Matemática
	5º e 9º ano do EF	Escolas públicas (censitária) Escolas privadas (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática
	9º ano do EF	Escolas públicas (amostral)	Ciências Humanas e Ciências da Natureza (sem resultados divulgados)
2014 - É aplicada a segunda edição da ANA.	3º ano do EF	3º ano do EF	3º ano do EF
2015 - É disponibilizada a Plataforma Devolutivas Pedagógicas, que aproxima as avaliações externas de larga escala e o contexto escolar.	5º e 9º ano do EF	Escolas públicas (censitária) Escolas privadas (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática
	3ª e 4ª série do EM	3ª e 4ª série do EM	3ª e 4ª série do EM
2016 - É aplicada a terceira edição da ANA. A partir de então, a avaliação foi descontinuada.	3º ano do EF	3º ano do EF	3º ano do EF
2017 - A avaliação torna-se censitária para a 3ª série do ensino médio e é	5º e 9º ano do EF	Escolas públicas (censitária) Escolas privadas (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática

aberta a possibilidade de adesão das escolas privadas com oferta da última série do ensino médio.	3ª e 4ª série do EM	Escolas públicas (censitária) Escolas privadas (amostral + adesão)	Língua Portuguesa e Matemática
2019 - Nova reestruturação para se adequar à BNCC. Começa a transição para novas matrizes de referência, alinhadas à base. As siglas Aneb e Anresc deixam de existir e todas as avaliações passam a ser identificadas pelo nome Saeb.	Creche e pré-escola da educação infantil	Escolas públicas (amostral) – estudo-piloto	
	2º ano do EF	Escolas públicas e privadas (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática
	5º e 9º ano do EF	Escolas públicas (censitária) Escolas privadas (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática
	9º ano do EF	Escolas públicas e privadas (amostral)	Ciências da Natureza e Ciências Humanas
	3ª e 4ª série do EM	Escolas públicas (censitária) Escolas privadas (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática
2021 - A avaliação da educação infantil é implementada.	2º ano do EF	Escolas públicas (amostral) – estudo-piloto	Língua Portuguesa e Matemática
	5º e 9º ano do EF	Escolas públicas e privadas (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática
	9º ano do EF	Escolas públicas (censitária) Escolas privadas (amostral)	Ciências da Natureza e Ciências Humanas
	3ª e 4ª série do EM	Escolas públicas e privadas (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática
	2º ano do EF	Escolas públicas (censitária) Escolas privadas (amostral)	Língua Portuguesa e Matemática

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024).

Além das avaliações que compõem o Saeb, a educação brasileira conta, também, com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), um exame nacional que avalia o desempenho dos estudantes concluintes do Ensino Médio, utilizado para ingresso no ensino superior, em programas de financiamento estudantil e em concursos públicos; e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja), que certifica as competências de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio.

Nota-se que as avaliações em larga escala no Brasil passaram por diversas mudanças ao longo dos anos, refletindo os avanços na compreensão da educação e dos aspectos relevantes a serem considerados e avaliados, para um diagnóstico mais preciso das necessidades educacionais. O estado de Minas Gerais, buscando uma melhor compreensão do alcance da educação em seu território desenvolveu o seu sistema de avaliação em larga escala, que será apresentado na seção a seguir.

2.2 A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA EM MINAS GERAIS

A avaliação da Educação Básica no estado de Minas Gerais teve início no ano de 1988 e se repetiu no ano de 1990, envolvendo o Ciclo Básico de Alfabetização (CBA). O CBA foi construído para que no período de dois anos de escolaridade os estudantes tivessem as melhores oportunidades de aprendizagem relacionados aos objetivos e atividades da 1ª e da 2ª série do Ensino Fundamental. Ou seja, os estudantes avançavam da 1ª para a 2ª série sem possibilidade de reprovação (Minas Gerais, 1985).

Para verificar a consolidação dos conteúdos aplicados no CBA, avaliou-se, então, em 1992, os estudantes egressos do CBA de forma censitária, nos componentes curriculares de Matemática, Língua Portuguesa, Redação e Ciências. No ano de 1991, foram realizados estudos para ampliação e implantação de um sistema de avaliação educacional, que originou o Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, instituído pela SEE/MG (Franco; Calderón, 2017). O objetivo do programa era identificar falhas na aprendizagem, a partir da verificação do desempenho dos estudantes, a fim de fornecer dados para implementação de melhorias no ensino, de acordo com a realidade e o contexto das escolas. Conforme Franco e Calderón (2017, p.138),

para viabilização do programa, eram utilizados três instrumentos básicos: provas, questionário do estudante e questionário da escola. De modalidade censitária, a avaliação incluía exames sistemáticos de cinco séries escolares que representavam o término de ciclo ou de grau de ensino. Eram avaliadas as terceira, quinta e oitava séries do EF, a segunda série do EM, além das turmas de terceira e quartas séries do curso de habilitação para o magistério. A escolha das séries estava ligada aos períodos escolares considerados mais críticos para os estudantes.

Com tal configuração, o programa abria espaço para avaliar o desempenho dos estudantes a cada dois anos, para que no intervalo das aplicações entre as provas fosse possível implementar medidas de superação das dificuldades de aprendizagem evidenciadas. É importante destacar que os testes avaliavam as seguintes áreas do conhecimento, de acordo com Franco e Calderón (2017, p. 139):

Língua portuguesa, matemática ciências, história, geografia, física, química, biologia e redação, abordadas em questões de múltipla escolha, com exceção para os testes aplicados à terceira série do EF, em razão das características dos estudantes. Itens de português e matemática constavam de todas as avaliações; a prova de português visava a avaliar o entendimento e o uso da língua nacional e a prova de redação era aplicada para verificar a capacidade de expressão clara do pensamento por meio de escrita e correção gramatical.

Em 1998, com a implantação do Regime de Progressão Continuada³ no Ensino Fundamental, ou seja, um procedimento que permite ao estudante avanços sucessivos e sem interrupções nas séries, ciclos ou fases escolares nas escolas da rede estadual, houve uma modificação no Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e os testes passaram a ser aplicados anualmente nas últimas séries de cada etapa, nas 4^a e 8^a séries (atuais 5^o e 9^o ano) com teste de Língua Portuguesa, Matemática e Redação.

Em 1999, o processo de avaliação em larga escala em Minas Gerais foi interrompido em detrimento do Projeto Escola Sagarana. Um projeto que representou

³ O Regime de Progressão Continuada (RPC) despontou no cenário educacional brasileiro em 1998, inspirado na Deliberação do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP, 9/97). Essa iniciativa, alinhada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n° 9.394/1996 (Brasil, 1996), propôs um novo paradigma educacional: uma escola mais flexível, na qual o foco reside na garantia de processos de aprendizagem genuínos e individualizados. O RPC introduziu um sistema no qual o aluno avança de acordo com seu ritmo. A aprendizagem nesse modelo ocorre em ciclos de dois ou três anos, permitindo que os alunos explorem seus conhecimentos com profundidade e sem a pressão de um sistema rígido, em que a avaliação é um desafio.

uma reforma no sistema educacional do estado, uma reformulação do currículo com a introdução de abordagens pedagógicas que enfatizavam o pensamento crítico, a resolução de problemas e a educação para cidadania. Além disso, a construção de novas instalações que melhoraram a infraestrutura das escolas, o desenvolvimento de capacitação docente composta por treinamentos para aprimorar as habilidades de ensino dos professores e a implementação de um monitoramento e de avaliação contínua. Essa, dentre outras ações, contemplava exames do rendimento dos estudantes, que mais tarde receberia uma nova configuração.

A avaliação em larga escala no estado de Minas Gerais, acompanhando as mudanças governamentais, teve seu objetivo alterado e passou a avaliar o desempenho dos estudantes em todos os níveis e modalidades e não mais identificar falhas que possibilitem correções.

No período de 1992 a 1999, durante o processo de implantação dos testes avaliativos do Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, a avaliação tinha caráter diagnóstico, sem atribuição de responsabilidade pelos resultados às escolas. No governo de Itamar Franco (1999-2002) essa mudança ficou evidente. Pela Resolução SEE/MG n. 14, de 03 de fevereiro de 2000, foi instituído o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), que será abordado na próxima seção. Para isso, apresentamos, inicialmente, a organização da SEE, para, posteriormente, descrevermos o Simave.

2.2.1 O Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública

As avaliações em Minas Gerais são gerenciadas por uma equipe técnica especializada, responsável pelo planejamento e execução das avaliações, com a definição de objetivos, conteúdos e instrumentos; coleta e análise de dados, por meio do processamento e interpretação dos resultados; divulgação dos resultados para a comunidade escolar, gestores educacionais e para a sociedade.

Essa equipe atua na Superintendência Regional de Ensino (SRE), e é responsável por exercer, em nível regional, as ações de supervisão técnica, orientação normativa, cooperação e de articulação e integração Estado e Município em consonância com as diretrizes e políticas educacionais. A SRE é dividida por diretorias com distintas atribuições, que buscam estabelecer mecanismos que garantam a qualidade do ensino público, a promoção do planejamento e

desenvolvimento curricular, pesquisa para viabilizar a organização escolar, avaliação educacional, desenvolvimento de parcerias, gestão de rede de ensino, supervisão das atividades, capacitação de educadores, divulgação das ações educacionais, e organização da ação educacional para atender às necessidades e interesses dos estudantes.

Em 2000, foi criado o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), conforme descrevem Franco e Calderón (2017, p. 140),

por meio de parcerias entre representantes de instituições governamentais (Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE/MG/MG –, Superintendências Regionais de Ensino, Superintendências de Avaliação, MEC, Ministério da Ciência e Tecnologia da França), atores políticos (governador e secretário adjunto) e professores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), foi criado o Simave, sendo essa uma iniciativa que deveria permitir incorporar outros tipos de avaliação, em razão da diversidade e peculiaridade de cada região de MG. A princípio, o processo de implantação do Simave ocorreu por meio de um projeto piloto na região de Juiz de Fora, o qual ficou conhecido como Programa Piloto de Avaliação da Rede Pública de Ensino Fundamental.

Conforme sinalizado na seção anterior, o Simave passou por diversas reformulações ao longo dos anos, com o objetivo de melhorar a qualidade da avaliação e de torná-la mais alinhada às diretrizes curriculares nacionais, reunindo um conjunto de testes aplicados aos estudantes da rede pública de ensino de Minas Gerais.

Os resultados das avaliações do Simave desempenham papel importante para a educação do estado, pois são capazes de identificar necessidades de intervenção, desafios educacionais expressivos e direcionar ações para a promoção de uma educação mais equitativa e inclusiva. Importante dizer que a partir do ano de 2003, no governo Aécio Neves, os resultados das avaliações passam a ser utilizados para subsidiarem políticas de responsabilização, com o programa Choque de Gestão: pessoas, qualidade e inovação na administração pública⁴.

Inicialmente, o Simave avaliava, anualmente, de forma censitária, o desempenho apenas dos estudantes do 5º e do 9º ano do Ensino Fundamental e do

⁴ Denominado Acordo de Resultados, um instrumento de pactuação de resultados que estabelece, por meio de indicadores e metas, quais os compromissos devem ser entregues pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, em linha com os objetivos expressos na agenda de governo (Minas Gerais, 2024).

3º ano do Ensino Médio, das habilidades de Língua Portuguesa e Matemática em toda rede pública do estado por meio do Proeb. No ano de 2006, passou por reformulação e, além do Proeb, passou a avaliar, os 2º e 3º ano do Ensino Fundamental, implementando, dessa forma, o Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa), cujo foco era avaliar o componente curricular de Língua Portuguesa. No ano seguinte, incorporou o 4º ano do Ensino Fundamental à avaliação, que ocorreu de forma amostral. Essa configuração se deu até 2013, sem alterações na aplicação. Em 2014, o Proalfa ocorreu conforme edições anteriores, mas para o 3º ano do Ensino Fundamental a aplicação foi censitária, e no Proeb se deu em todas as etapas já avaliadas. No ano de 2017, houve a incorporação das habilidades de Matemática nos testes do Proalfa.

Outro marco importante do Simave foi a ampliação da aplicação no ano de 2021, durante a pandemia de Covid-19. Além da avaliação somativa com o Proalfa/Proeb, passou-se a avaliar em que todas as etapas de escolaridade da rede estadual as habilidades desenvolvidas em todos os componentes curriculares das áreas de Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, com avaliações formativas ao longo do ano letivo.

Essas avaliações formativas dividem-se em diagnóstica e intermediária. As avaliações diagnósticas são aplicadas no primeiro trimestre do ano letivo com o objetivo de identificar as dificuldades dos estudantes e as intermediárias aplicadas no início do segundo semestre letivo, para identificar o progresso dos estudantes até o momento de realização da avaliação. Apesar dessa ampliação, cabe dizer que se mantém a aplicação das avaliações somativas do Proalfa, para os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, e do Proeb, para os estudantes dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio.

Os testes – somativas e formativas - são elaborados pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) e são padronizados para garantir uma comparação dos resultados entre as escolas e regiões do estado. Os testes são compostos por questões de múltipla escolha, elaboradas de acordo com as diretrizes curriculares nacionais e o Currículo Referência de Minas Gerais (CRM).

Os resultados do Simave são apresentados em escala que varia de acordo com quatro padrões de desempenho, a partir dos objetivos curriculares estabelecidos para cada etapa de escolaridade, são eles: avançado, recomendado, intermediário e baixo.

Esses padrões permitem identificar o nível de desenvolvimento dos estudantes por meio dos testes de proficiência.

A figura 1 e 2 apresentam, respectivamente, os intervalos característicos dos padrões de desempenho para Língua Portuguesa e Matemática, para as diferentes etapas avaliadas, de acordo com as métricas utilizadas para tabulação de resultados do sistema em questão.

Figura 1 - Intervalos característicos de padrão de desempenho do Simave – Língua Portuguesa

Etapa	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2º ano EF	Até 350	351 a 450	451 a 600	601 ou mais
5º ano EF	Até 150	151 a 200	201 a 250	251 ou mais
9º ano EF	Até 200	201 a 275	276 a 325	326 ou mais
3º ano EM	Até 250	251 a 300	301 a 350	351 ou mais

Fonte: SIMAVE (CAED, 2022).

Figura 2 - Intervalos característicos de padrão de desempenho do Simave – Matemática

Etapa	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2º ano EF	Até 400	401 a 500	501 a 625	626 ou mais
5º ano EF	Até 175	176 a 225	226 a 275	276 ou mais
9º ano EF	Até 225	226 a 300	301 a 350	351 ou mais
3º ano EM	Até 275	276 a 350	351 a 375	376 ou mais

Fonte: SIMAVE (CAED, 2022).

Observa-se, na figura apresentada, que para cada etapa de escolarização avaliada os intervalos variam. Esses intervalos reúnem os estudantes com desenvolvimento similar de habilidades e competências.

No padrão de desempenho avançado são agrupados os estudantes que demonstram um desenvolvimento que ultrapassa as expectativas para sua etapa de escolaridade. O padrão recomendado, por outro lado, reúne os estudantes que estão consolidando o conhecimento de forma adequada à sua etapa de escolaridade, mas

que necessitam de apoio para impulsionar o desenvolvimento. No padrão intermediário estão os estudantes que, em seu processo de aprendizagem, ainda enfrentam alguns desafios para desenvolver as habilidades e competências essenciais. Por fim, no padrão baixo, estão os estudantes com dificuldades significativas de aprendizagem, para o desenvolvimento das habilidades mínimas da etapa.

Os resultados alcançados pelos estudantes nas avaliações, de acesso público para a população, são divulgados no portal Simave no qual são disponibilizados por meio de diferentes indicadores, sendo visualizados de maneira mais abrangente de acordo com perfil do usuário, desde o nível da rede até o do estudante.

O gestor regional tem acesso a dados de todas as escolas, já o gestor escolar tem acesso aos de sua escola e os professores, por sua vez, podem acessar os dados de suas turmas, conseguindo, assim, comparar com a média da escola e identificar áreas de melhoria, bem como habilidades e competências que merecem atenção. Com o acesso do estudante é possível que se visualize o desempenho individual por ano e disciplina, podendo comparar com o da sua escola e, na mesma medida, acompanhar o seu progresso ao longo do tempo.

Além do portal, o Simave disponibiliza publicações que reúnem informações gerais sobre as avaliações e auxiliam na interpretação e análise dos resultados, tais como:

- Revista da alfabetização - direcionada a professores alfabetizadores e demais profissionais da educação, oferecendo informações sobre avaliação externa em larga escala e sua relação com a alfabetização na idade adequada;
- Revista da rede - voltada para as equipes gestoras da secretaria de educação, apresenta um panorama completo dos resultados do programa de avaliação, abordando a avaliação externa em larga escala e fornecendo um roteiro para facilitar a leitura e interpretação dos dados.
- Revista da escola: Gestão escolar – direcionada para as equipes gestoras, oportunizando uma análise dos resultados para pensar o planejamento com base na realidade da escola;
- Revista contextual - destinada a toda a equipe escolar, oferecendo dados socioeconômicos, demográficos e indicadores de gestão, práticas pedagógicas e clima escolar. Seu objetivo é auxiliar na análise dos resultados da avaliação, considerando o contexto das escolas;

- Sumário executivo - que apresenta os resultados da avaliação externa, apresentando dados sobre participação, desempenho (proficiência e níveis de proficiência) por componente curricular, ano escolar e regional. Além disso, oferece um perfil detalhado dos estudantes, professores, diretores e da escola, incluindo aspectos socioeconômicos, demográficos e relacionados à gestão, práticas pedagógicas e clima escolar.

Diante de toda a organização apresentada sobre o sistema mineiro de avaliação, que reúne os dados que utilizaremos para análise e proposições, apresentamos, a seguir, o lócus da pesquisa, a Escola Estadual Minas do Amanhã, sua localização, seu funcionamento, corpo docente e público atendido.

2.3 ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ: LOCALIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA, PÚBLICO ATENDIDO, FUNCIONAMENTO E CORPO DOCENTE

A Escola Estadual Minas do Amanhã, criada no ano de 1968, está localizada no bairro Furtado de Menezes, no município de Juiz de Fora, Minas Gerais. O município, situado na Zona da Mata Mineira, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2021, possuía uma população estimada em 577.532 pessoas. As principais atividades econômicas do município é a área de serviços e a indústria, com destaque para a fabricação de alimentos e bebidas, metalurgia e mobiliário (IBGE, 2021). Nesse cenário, que caracteriza o município, localizamos a escola.

No que diz respeito ao seu processo histórico, Silva (2020, p. 40), destaca que

O prédio da escola foi construído pelo Lions Club Centro⁵ em 1963, que doou o prédio à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, que, conforme convênio firmado com o Estado de Minas Gerais, o transmitiu à Secretaria de Estado de Educação, com a finalidade de ali funcionar uma escola de educação infantil. O prédio foi inaugurado em 8 de agosto de 1965, e em 1º de março de 1966, iniciaram-se os trabalhos escolares.

⁵ É uma organização internacional de clubes de serviço cujo objetivo é promover o entendimento entre as pessoas em uma escala internacional, atender as causas humanitárias e promover trabalhos voltados a comunidades locais.

Na Escola Estadual Minas do Amanhã, as famílias dos estudantes atendidos apresentam perfil socioeconômico médio-baixo, conforme dados do Censo escolar disponíveis no portal Qedu, que disponibiliza dados da Prova Brasil, do Censo escolar, do IDEB/DEB e do ENEM. Tais dados são coletados do questionário dos estudantes que realizam as avaliações do Saeb, para compor o perfil dos estudantes. Nesse perfil socioeconômico, os estudantes encontram-se abaixo da média nacional do Indicador de nível socioeconômico (Inse), que leva em consideração o nível de escolaridade dos responsáveis, acesso à internet e eletrodomésticos. No caso da escola estadual, esse perfil apresenta as seguintes características:

No nível médio-baixo do INSE, os responsáveis pelos estudantes têm o ensino fundamental incompleto ou completo e/ou Ensino Médio completo. A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupas e freezer, mas não possui aspirador de pó. Parte dos estudantes deste nível passa a ter também computador, carro, mesa de estudos, garagem, forno de micro-ondas e uma ou duas televisões em casa (INEP, 2023, recurso *on-line*).

No que se refere à infraestrutura, a escola possui seis salas de aulas, quatro banheiros, um laboratório de informática, secretaria, sala da coordenação, sala de professores, sala da direção, biblioteca, cozinha, refeitório e um pátio descoberto, onde são realizadas as atividades de Educação Física e atividades coletivas, tais como palestras, ações sociais, apresentações artísticas e outros eventos escolares.

A proposta pedagógica expressa no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola consiste na busca pela construção de uma educação plena, com a participação ativa de educadores, pais, estudantes e funcionários, sabem que temos em nossas mãos cidadãos em processo de formação e transformação. Cabe a nós garantir a qualidade dos serviços educacionais oferecidos às crianças, valorizando o ensino como um processo de construção do conhecimento, promovendo o desenvolvimento integral das potencialidades dos estudantes e sua inserção no ambiente social em que estão inseridos. Para isso, é essencial trabalhar com os conteúdos curriculares da Base Nacional Comum e os temas transversais, sempre os contextualizando de forma significativa (Minas do Amanhã, 2024)

A Escola Estadual Minas do Amanhã tem entre suas metas a promoção de um ensino de qualidade, a redução do índice de evasão, a implementação de projetos interdisciplinares envolvendo a integração com a comunidade, o atendimento

especializado aos estudantes com deficiência e a busca por melhoria no nível de leitura, interpretação e escrita, segundo o seu projeto político pedagógico.

No ano letivo de 2024, a escola atendia a 194 estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, distribuídos em 9 turmas. Os estudantes são oriundos dos bairros Furtado de Menezes, Solidariedade, Vila Ozanan, Vila Ideal, Vila Olavo Costa, entre outros próximos dessa região. Os dados referentes ao número de estudantes foram organizados na tabela 1 e apresentados a seguir, de acordo com os dados do portal do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE). Com exceção do 2º ano de escolaridade, o número de matrículas refere-se à duas turmas para cada etapa.

Tabela 1 – Número de estudantes matriculados na E.E. Minas do Amanhã (2024)

Etapa	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Número de matrículas	38	25	46	41	44
Total					194

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE, 2024).

O número de estudantes matriculados na escola no ano de 2024 sugere uma categorização dela como uma instituição de pequeno porte, devido ao número reduzido de estudantes atendidos nesse ambiente. Além disso, entendemos que o fato de a escola atender um número reduzido de alunos e que, em sua maioria, são moradores do bairro e seu entorno, faz dela um ambiente acolhedor, já que os filhos estudam na mesma instituição em que os pais estudaram.

Em relação aos profissionais atuantes, a escola possui, em seu quadro, 34 profissionais, sendo 18 professores, desses 3 são efetivos e 15 são convocados. A tabela 2 apresenta o quadro de funcionários da escola no ano de 2024.

Tabela 2 – Quadro de funcionários da Escola Estadual Minas do Amanhã (2024)

Função	Quantidade
Professor de Educação Básica (PEB) efetivos	3
Professor de Educação Básica (PEB) convocados	15
Auxiliar de Serviços de Educação Básica (ASB)	8
Assistente Técnico de Educação Básica (ATB)	4
Especialista da Educação Básica (EEB)	3
Diretor	1

Total	34
--------------	-----------

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE, 2024).

Nota-se que o número de professores convocados, ou seja, aqueles que são contratados por tempo determinado, são significativos. Ao observar o cotidiano da escola, essa contratação temporária dificulta o desenvolvimento de um trabalho pedagógico consistente, pois as contratações podem levar à não continuidade do trabalho pedagógico, o que pode prejudicar o aprendizado dos estudantes. Isso ocorre porque os professores contratados precisam de um tempo para se adaptar à escola, aos estudantes e ao conteúdo que irão ministrar. Além disso, eles precisam construir relações de confiança com os estudantes e colegas de trabalho. No entanto, esse processo pode ser interrompido se o professor não for contratado no ano seguinte, de acordo com relatos da direção.

A organização curricular da escola segue as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio no Brasil. Esse documento define o conjunto de aprendizagens que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica.

Além disso, a escola segue as orientações contidas no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG). Esse documento foi elaborado no ano de 2020 em regime de colaboração entre a SEE/MG e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, seccional Minas Gerais (Undime-MG), a partir da BNCC, que orienta o planejamento das ações educacionais no estado e a prática docente das escolas (Minas Gerais, 2020).

Na tabela 3, a seguir, apresentamos as taxas de rendimento escolar dos estudantes, entre 2018 e 2022, por ano de escolaridade, pois se trata de uma fase crucial de desenvolvimento e consolidação da alfabetização, construindo uma base sólida para o aprendizado futuro. Essas taxas são informações calculadas pelo INEP, a partir da coleta de dados do Censo Escolar da Educação Básica. Informações bastante relevantes para construir o cenário de aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série nesse contexto escolar.

Tabela 3 – Rendimento escolar dos estudantes por ano de escolaridade na E. E. Minas do Amanhã (2018 - 2022) (%)

1º ano	2018	2019	2020	2021	2022
Aprovação	100,0	100,0	97,9	100,0	100,0
Reprovação	0	0	0	0	0
Abandono	0	0	2,1	2,5	0
Distorção idade-série	0	0	2	0	0
2º ano	2018	2019	2020	2021	2022
Aprovação	95,7	100,0	100,0	97,5	97,9
Reprovação	4,3	0	0	0	0
Abandono	0	0	0	0	2,1
Distorção idade-série	7,7	2,3	2,2	2,6	3,9
3º ano	2018	2019	2020	2021	2022
Aprovação	100,0	100,0	95,8	100,0	100
Reprovação	0	0	0	0	0
Abandono	0	0	4,2	0	0
Distorção idade-série	11,1	0	4,2	5,9	3,8
4º ano	2018	2019	2020	2021	2022
Aprovação	96,3	100,0	96,8	100,0	100
Reprovação	3,7	0	0	0	0
Abandono	0	0	3,2	0	0
Distorção idade-série	3,6	6,9	3,2	3,1	0
5º ano	2018	2019	2020	2021	2022
Aprovação	96,5	99,4	96,6	98,9	99,6
Reprovação	3,5	0,6	0	5,3	0
Abandono	0	0	3,4	0	0,4
Distorção idade-série	15	17,1	8,6	0	10,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Qedu (2018-2022).

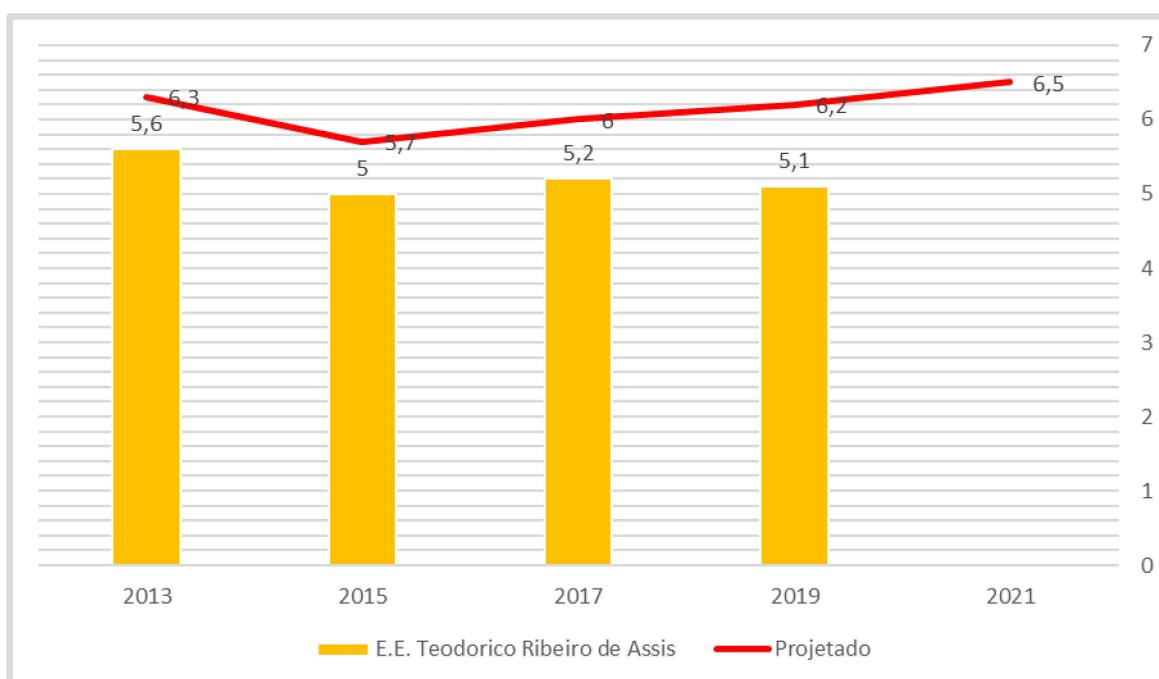
Nota-se que o índice de aprovação ao longo dos anos se mantém acima de 95% em todas as etapas e os estudantes do 5º ano de escolaridade estão concluindo o Ensino Fundamental, porém será importante considerar uma análise mais completa que relacione esses dados ao nível de aquisição dos estudantes egressos dessa instituição no que se refere ao desenvolvimento das habilidades de Língua Portuguesa e de Matemática.

Outro indicador que chama atenção é o da distorção idade-série, que aponta o percentual de estudantes cuja diferença entre idade do estudante e idade prevista para a série é de dois anos ou mais. Apesar de haver uma diminuição desse índice, cabe uma análise, visto que a matrícula das crianças, conforme artigo 6º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é obrigatória e um dever dos pais a partir dos quatro anos de idade (Brasil, 1996). Sendo assim, a irregularidade na

trajetória escolar precisa ser investigada, para melhor compreensão do contexto em que essa problemática ocorre.

Sobre os dados da escola em índices educacionais e em avaliações em larga escala, podemos verificar os resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é um indicador que permite o monitoramento da qualidade da educação. O IDEB é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep, um indicador que varia de 0 a 10, que serve como uma referência para que as escolas estabeleçam metas de melhoria. O IDEB da escola está organizado no gráfico 1 apresentado a seguir.

Gráfico 1 - IDEB dos Estudantes da E.E. Minas do Amanhã – Anos iniciais do Ensino Fundamental (2013-2021)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados IDEB (INEP, 2021).

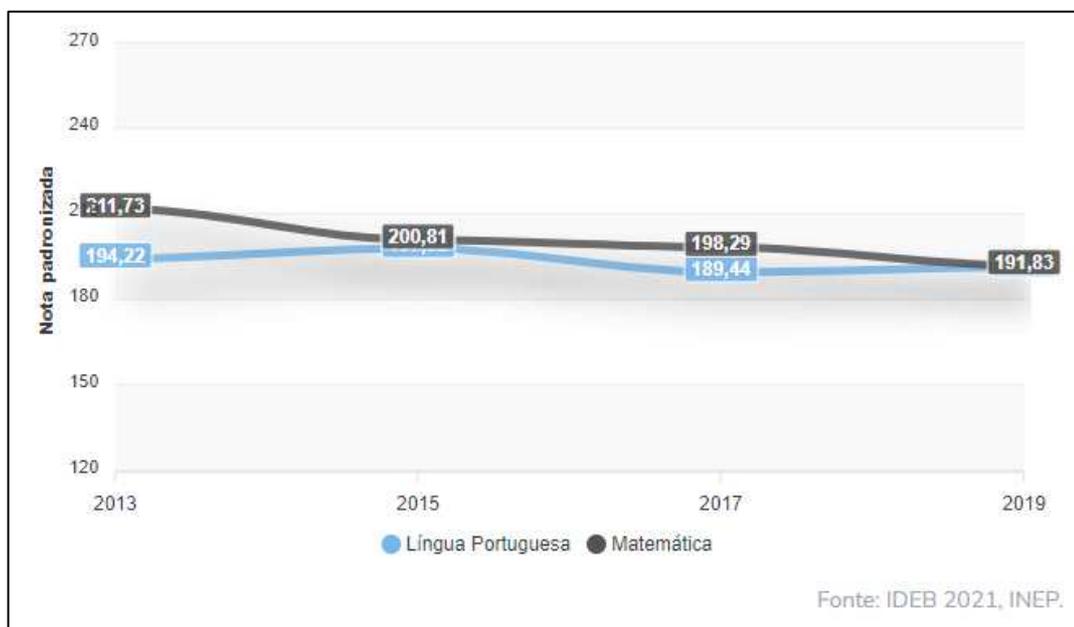
Conforme é possível verificar nos dados do Gráfico 1, os índices estão abaixo do projetado para os anos avaliados. No ano de 2013 o índice projetado era de 6,3 e a escola alcançou 5,6 com queda no ano subsequente, atingindo 5,0 quando a projeção era 5,7. Nos anos de 2017 e 2019, o IDEB da escola foi, respectivamente, igual a 5,2 e 5,1, ambos abaixo do esperado.

Esse cenário indica a necessidade de um olhar atento para os dados que geram esse índice, fluxo escolar (aprovação, reprovação e abandono) e desempenho no Saeb, para compreender seus impactos. O fluxo escolar mede a proporção de estudantes que concluem cada etapa da Educação Básica no prazo previsto e o Saeb mede o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática.

Sendo o IDEB um indicador que permite monitorar a qualidade da educação brasileira como um todo, este contribui para entendermos o cenário da escola e da pesquisa, uma vez que reúne informações sobre aspectos importantes de serem observados, que auxiliam na compreensão dos resultados dos estudantes nos testes do Simave, pois são aspectos que o Simave não reúne e que dizem respeito a fatores que estão associados ao desempenho escolar, ou seja, os motivos que contribuem para determinado resultado.

O Gráfico 2 traz a nota da escola no Saeb no período de 2013 a 2019, ou seja, o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática.

Gráfico 2 – Nota no Saeb da Escola Estadual Minas do Amanhã (2013 – 2019)



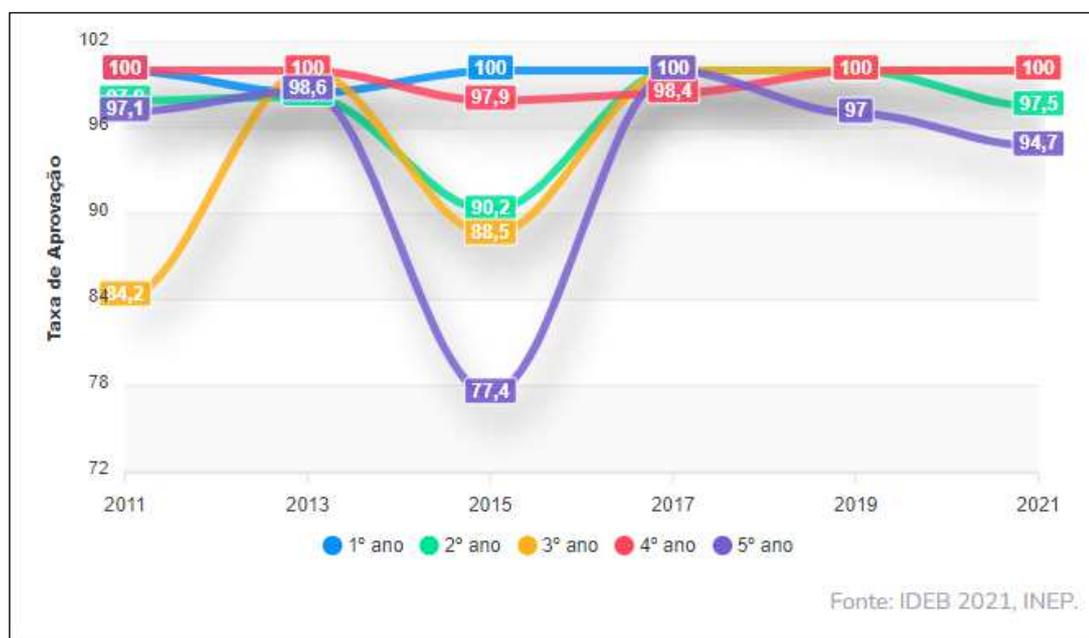
Fonte: Qedu (2024).

Observa-se que o desempenho dos estudantes em Matemática se mantém maior que o desempenho em Língua Portuguesa ao longo dos anos, com uma queda no último ano analisado, de acordo com a nota padronizada. Esse dado é alarmante,

pois indica que o número de estudantes com desempenho abaixo do esperado tem aumentado.

As interrupções no ensino presencial, por conta da pandemia da Covid 19, a transição para o ensino remoto e as dificuldades de adaptação dos estudantes a esse novo formato podem ter afetado significativamente a aprendizagem, faz necessário compreender as causas e adotar medidas adequadas para reverter esse quadro. Pensando nas possíveis causas para tal fato, vamos observar o gráfico 3 a seguir, que apresenta o fluxo escolar no período de 2011 a 2021.

Gráfico 3 – Fluxo escolar na Escola Estadual Minas do Amanhã (2011 – 2021)



Fonte: Qedu (2024).

Sabendo que o fluxo escolar é composto pelas taxas de aprovação, reprovação e abandono das instituições de ensino, ao analisar o gráfico 3 identificamos que a etapa de ensino que apresenta as menores taxas de aprovação na Escola Estadual Minas do Amanhã é o 5º ano do Ensino Fundamental. Logo, se comparamos com o desempenho no Saeb, apresentado no gráfico 2, poderemos concluir que o fluxo escolar também está impactando nos dados da escola, uma vez que não é possível que o estudante que converte em reprovação ou abandono na escola, tenha êxito nos testes.

Essas informações são pertinentes e precisam estar presente nas discussões coletivas e pensadas na elaboração do projeto político pedagógico da escola, que será apresentado na próxima seção.

2.3.1 O Projeto Político Pedagógico da escola e sua relação com o desempenho dos estudantes e a proposta de avaliação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), em seus artigos 12, 13 e 14, confere às escolas a responsabilidade de elaborar e executar, democraticamente, seus Projetos Pedagógicos.

O projeto político pedagógico (PPP) é um documento que define a identidade da escola, seus objetivos e estratégias para alcançá-los. O PPP é um instrumento fundamental para a garantia da qualidade da educação, pois orienta as ações da escola e garante que a educação oferecida seja coerente com os princípios e diretrizes estabelecidas pela legislação.

A Resolução nº. 4.948/24 estabelece que o PPP deve contemplar o compromisso da escola com a comunidade, ser elaborado a partir de uma construção coletiva, com uma participação que envolva a comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, funcionários, pais e responsáveis, além de representantes da comunidade local (Minas Gerais, 2024).

O PPP, assim como o Regimento escolar, deve ser aprovado pelo Conselho Escolar da escola, sendo amplamente discutido e divulgado, cabendo à Superintendência Regional de Ensino, no âmbito de suas Diretorias e do Serviço de Inspeção Escolar, orientar e acompanhar a elaboração do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar, de acordo com a legislação vigente e as diretrizes da SEE/MG.

Sendo um documento que reflete a realidade da escola, deve ser periodicamente revisado e atualizado, de acordo com as necessidades e demandas escolares. A Resolução nº 4.849 estabelece que o documento deve ser revisado a cada dois anos ou, em período inferior, quando houver alteração na legislação e nas diretrizes da SEE/MG ou, ainda, diante da implementação de novos programas e projetos na escola ou de necessidades da própria comunidade em que a escola está inserida (Minas Gerais, 2024).

Dessa forma, o PPP deve conter o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam os programas, projetos e práticas pedagógicas da escola, em consonância com as diretrizes da SEE/MG. Essas diretrizes devem estar em sintonia com o processo de avaliação e progressão continuada dos estudantes, a formação de professores, a inclusão e a acessibilidade para pessoas com deficiência, bem como os planos, os projetos ou as parcerias implementadas na escola.

O PPP é um instrumento fundamental para a garantia da qualidade da educação nas escolas estaduais de Minas Gerais. Esse documento orienta as ações da escola, para que a educação oferecida seja coerente com os princípios e diretrizes estabelecidas pela legislação.

De acordo com o PPP da escola, sua missão é:

oferecer um ensino de qualidade, para garantir a satisfação e o atendimento às necessidades de nossos estudantes, direcionando nossos esforços para a formação de um ser humano crítico e consciente, que conheça seus direitos e cumpra seus deveres (Escola Minas do Amanhã, 2022).

A escola realiza a atualização do PPP anualmente, porém não há envolvimento da comunidade escolar, conforme estabelece a Resolução nº 4.849 (Minas Gerais, 2024a). A atualização conta apenas com a participação da equipe gestora, que reavalia as propostas e projetos e define as estratégias que serão implementadas na escola. Não há participação dos professores na reformulação do documento, que é compartilhado com a equipe por e-mail após atualização e a comunicação ocorre na reunião de módulo II.

A reunião de módulo II caracteriza-se como umas das atividades extraclasse a serem desenvolvidas pelo professor de Educação Básica das escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, previstas na resolução nº 4.968, de 23 de fevereiro de 2024, e estabelece normas para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse (Minas Gerais, 2024).

Sendo assim, de acordo com essa resolução, a realização das atividades deve ocorrer da seguinte forma:

Art. 3º - A carga horária semanal de trabalho para o cargo de PEB, com jornada de 24 (vinte e quatro) horas, corresponde a 16 (dezesesseis) horas semanais destinadas à docência e a 8 (oito) horas

semanais destinadas às atividades extraclasse. Art. 4º - A carga horária semanal de 8 (oito) horas destinadas às atividades extraclasse deve ser cumprida conforme a seguinte distribuição:

I – 4 (quatro) horas semanais em local de livre escolha do professor; e II – 4 (quatro) horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção, sendo: a) até duas horas semanais dedicadas a reuniões de caráter coletivo; e b) o restante da carga horária dedicada, prioritariamente, às ações de cunho pedagógico, como formação continuada, elaboração de estratégias avaliativas conjuntas, reuniões e planejamento inter áreas para alinhamento de metodologias e estratégias de aprendizagem e outras ações específicas do cargo de PEB, que não configurem o exercício da docência, conforme estabelece o Anexo II, a que se refere o artigo 6º da Lei nº 15.293, de 6 de agosto de 2004 (Minas Gerais, 2024b, p. 01).

Logo, estão especificadas neste documento legal, as condições em que estas deverão acontecer. Podemos observar que estão expressas entre as atividades a ocorrência de ações pedagógicas, de planejamento, de formação continuada e de elaboração de estratégias de avaliação e aprendizagem, que são essenciais ao fazer docente. No entanto, no registro das reuniões coletivas da Escola Estadual Minas do Amanhã, não há evidências substanciais da ocorrência desses encontros anterior ao ano de 2022, quando começamos a localizar alguns registros. Estes, por sua vez, trazem em suas pautas assuntos relacionados à administração escolar, à prestação de contas, ao preenchimento do diário escolar digital (DED) e informes sobre a realização de festividades.

Especificamente no ano de 2021, encontramos atas das reuniões, cujo foco principal era o retorno do ensino de forma híbrida, os protocolos sanitários e de higienização, a utilização do aplicativo *Conexão Escola* e o plano de estudo tutorado.

Podemos perceber que os registros são indicativos de que as discussões sobre os resultados das avaliações, as práticas pedagógicas, formação continuada, previstas na resolução nº 4.968, não estão sendo tratadas nas reuniões, assim como os objetivos e metas previstas no PPP da escola, como os projetos que constam na proposta pedagógica.

No quadro 2, apresentado a seguir, podemos identificar os projetos escolares desenvolvidos na escola.

Quadro 2 – Projetos Escolares expressos no Projeto Político Pedagógico (2024)

Projeto	Proposta	Disciplina relacionadas	Responsável
			I

Tempo Integral	Propõe a formação integral dos estudantes a partir da ampliação da matriz curricular, com uma proposta pedagógica integrada, na qual componentes curriculares da BNCC e atividades integradoras se articulam para garantir o pleno desenvolvimento integral dos estudantes.	As atividades integradoras estão organizadas conforme as Diretrizes do Ensino Fundamental em tempo integral: estudos orientados; laboratório de matemática; educação para cidadania; cultura e saberes em arte; esporte e recreação e leitura e produção textual.	Definido pela equipe gestora
Reforço escolar	Uma iniciativa da Secretaria de Estado de Educação que teve início após o período de pandemia da COVID 19 e permaneceu, para auxiliar os estudantes que apresentam alguma dificuldade em Língua Portuguesa e Matemática.	Língua Portuguesa e Matemática.	Definido pela equipe gestora
Intervenção Pedagógica	Uma iniciativa dos professores da escola que foi incorporada ao documento, com uma proposta de superação dos déficits na aquisição das habilidades de leitura e escrita, dos estudantes do 3º, 4º e 5º ano de escolaridade do ensino fundamental.	Língua Portuguesa	Definido pela equipe gestora.
Valorização das relações étnico-raciais	Reconhecimento e valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro e da diversidade.		Definido pela equipe gestora.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do projeto Político Pedagógico (2024).

Os projetos que constam no documento são derivados de políticas públicas e não de iniciativas da escola com base na utilização de dados das avaliações ou dificuldades dos estudantes, ainda que as metas e ações expressas no documento do PPP sejam variadas.

Entre as ações estão previstas a promoção de um ensino de qualidade, formando cidadãos críticos e participantes capazes de agir na transformação da sociedade; a redução do índice de evasão; e a implementação de projetos

interdisciplinares envolvendo a comunidade. Além disso, o documento ainda salienta a importância de dar aos estudantes a oportunidade de serem, protagonistas, por meio, por exemplo, do projeto representante de turma.

Na prática, o que observamos é que as ações mencionadas são desenvolvidas pontualmente e não como um recurso de ensino e aprendizagem, com estratégias e objetivos bem definidos e baseado em problematizar as temáticas como a metodologia de projetos prevê. De acordo com o PPP da escola, existem ocasiões de discussão para reformular a organização curricular, os métodos e os procedimentos de ensino e avaliação da aprendizagem. As discussões ocorrem em situações de finalização de cada bimestre, nos quais as dificuldades de aprendizagem dos estudantes também são avaliadas.

A escola conta, para fins de registro em documentos oficiais, com o Colegiado, que é o órgão representativo da comunidade escolar, com funções deliberativas e consultivas no que se refere à gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola. A comunidade local tem espaço de participação respeitando as normas vigentes, mas apesar disso, não ocorrem deliberações sobre as atividades desenvolvidas na escola, debates que culminem em decisões sobre os rumos da educação, fruto de reflexões responsáveis capazes de contribuir efetivamente com o trabalho educativo.

Sobre o processo avaliativo, o PPP da escola estabelece que:

É papel dos envolvidos no ensino e na gestão escolar acompanhar, ao longo do ano, o aprendizado dos estudantes por meio dos instrumentos de avaliação, intervindo quando e onde for necessário para garantir o desenvolvimento das competências e habilidades a eles desejadas, bem como olhar para o seu rendimento, que irá marcar a trajetória escolar do indivíduo durante sua formação (Escola Minas do Amanhã, 2022).

Embora o documento estabeleça uma diretriz quanto à apropriação de resultados das avaliações, para o direcionamento de uma prática pedagógica que busque a superação das dificuldades, no cotidiano da escola essa análise não tem acontecido e os professores são autônomos na construção dos instrumentos de avaliação internos, o que os distancia de uma análise mais crítica dos resultados das avaliações externas. Para subsidiar essa discussão, a seção a seguir apresenta essa relação da prática pedagógica da escola com os resultados do Simave.

2.3.2 Os resultados das avaliações do Simave e a relação com a prática pedagógica na Escola Estadual Minas do Amanhã

As avaliações em larga escala, como o Simave, fornecem dados valiosos sobre o desempenho dos estudantes em diferentes áreas do conhecimento. No entanto, é crucial ir além da consulta dos resultados e buscar compreender como eles se relacionam com a prática pedagógica.

A seguir apresentamos alguns dados do Simave que são essenciais para analisar o percurso dos estudantes na escola diante das avaliações externas, uma vez que a alfabetização se trata de um processo de aprendizagem contínua, devendo se estender às demais etapas.

A tabela 4 apresenta o desempenho dos estudantes do 2º ano da Escola Estadual Minas do Amanhã em Língua Portuguesa no Proalfa no período de 2021 a 2023, por se tratar de importante etapa de escolarização no que diz respeito à inicialização ao processo de alfabetização, ou seja, de desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, que serão ampliadas nas demais etapas.

Tabela 4 – Desempenho dos estudantes do 2º ano da Escola Estadual Minas do Amanhã em Língua Portuguesa no Proalfa (2021-2023) (%)

	Edição	Minas Gerais	SRE Juiz de Fora	E.E. Minas do Amanhã
Básico	2021	2,0	4,0	15,0
	2022	1,0	2,0	3,0
	2023	1,0	2,0	0
Intermediário	2021	15,0	19,0	58,0
	2022	9,0	15,0	33,0
	2023	8,0	10,0	35,0
Recomendado	2021	55,0	55,0	21,0
	2022	57,0	60,0	63,0
	2023	63,0	63,0	56,0
Avançado	2021	27,0	22,0	6,0
	2022	33,0	24,0	3,0
	2023	28,0	26,0	9,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIMAVE (CAED, 2023).

Verificamos, nessa tabela, que poucos estudantes do 2º ano estão localizados no nível avançado de desempenho nos três anos de participação, em contrapartida

observam-se avanços consideráveis ao longo dos anos, pois o percentual de estudantes no nível baixo vem caindo, chegando a ser igual à zero no ano de 2023.

Na tabela 5, está organizado, por ano de aplicação, o desempenho dos estudantes do 2º ano de escolaridade em Matemática.

Tabela 5 – Desempenho dos estudantes do 2º ano da Escola Estadual Minas do Amanhã em Matemática no Proalfa (2014-2023) (%)

	Edição	Minas Gerais	SRE Juiz de Fora	E.E. Minas do Amanhã
Básico	2021	6,0	9,0	36,0
	2022	4,0	6,0	7,0
	2023	4,0	5,0	6,0
Intermediário	2021	26,0	30,0	55,0
	2022	20,0	28,0	44,0
	2023	18,0	18,0	29,0
Recomendado	2021	49,0	46,0	9,0
	2022	54,0	53,0	47,0
	2023	58,0	57,0	59,0
Avançado	2021	18,0	15,0	0
	2022	23,0	13,0	2,0
	2023	21,0	19,0	6,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIMAVE (CAED, 2023).

Os dados dessa tabela revelam que os estudantes no nível avançado ainda representam uma pequena parcela, apenas 6%. Apesar desse número pouco expressivo, ao analisarmos a tabela em sua totalidade, identificamos que os estudantes do 2º ano estão desenvolvendo as habilidades de Matemática de um ano para o outro. Isso porque, no ano de 2021, 91% dos estudantes estavam nos níveis mais baixos, mudando progressivamente nos anos subsequentes, chegando a alcançar 65%, somado os níveis recomendado e avançado, ou seja, uma melhoria, tendo em vista que apenas 26% mantiveram-se nos níveis mais baixos.

Na tabela 6, por sua vez, é apresentado o desempenho dos estudantes do 5º ano da Escola Estadual Minas do Amanhã, em Língua Portuguesa, no Programa de Avaliação da Educação Básica (Proeb), por padrão de desempenho.

Tabela 6 – Desempenho dos estudantes do 5º ano da Escola Estadual Minas do Amanhã em Língua Portuguesa no Proeb (2014-2023) (%)

	Edição	Minas Gerais	SRE Juiz de Fora	E.E. Minas do Amanhã
Baixo	2014	8,1	9,2	23,5

	2016	6,8	8,3	19,6
	2018	8,8	9,8	25,0
	2019	10,4	11,5	21,4
	2021	12,0	12,0	47,0
	2022	10,0	12,0	34,0
	2023	9,0	10,0	25,0
Intermediário	2014	23,4	23,8	20,6
	2016	24,2	25,8	45,7
	2018	25,3	25,7	36,5
	2019	23,4	24,3	46,4
	2021	27,0	27,0	29
	2022	28,0	28,0	38,0
2023	26,0	29,0	54,0	
Recomendado	2014	36,3	38,5	44,1
	2016	36,7	36,1	21,7
	2018	35,0	25,3	28,8
	2019	33,6	32,2	28,6
	2021	35,0	34,0	18,0
	2022	35,0	34,0	22,0
2023	37,0	36,0	14,0	
Avançado	2014	32,2	28,5	11,8
	2016	32,2	29,8	13,0
	2018	30,9	29,2	9,6
	2019	32,6	32,0	3,6
	2021	25,0	27,0	6,0
	2022	27,0	26,0	6,0
2023	28,0	26,0	7,0	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIMAVE (CAED, 2023).

Esses dados são preocupantes, pois demonstram que o ensino ainda não está sendo capaz de oferecer uma educação de qualidade para todos os estudantes. Os dados apresentados revelam que o percentual de estudantes nos níveis mais baixos na escola é expressivo, principalmente no ano de 2023, em que apenas 7% dos estudantes estiveram no nível avançado e 14% no recomendado, ou seja, 79% dos estudantes concluíram o Ensino Fundamental anos iniciais sem os conhecimentos e as habilidades de Língua Portuguesa terem sido consolidadas.

Esse fato, possivelmente, se deu em função dos desafios educacionais enfrentados pelas escolas e os estudantes durante a pandemia, que apresentou uma dinâmica nova de aprendizagem, com a interrupção do ensino presencial e a adoção do ensino remoto. Essa nova configuração que se impôs, a nosso ver, teve impactos significativos nos resultados provenientes tanto das dificuldades que os estudantes tiveram para manter a concentração e o engajamento para os estudos, quanto ao acesso e utilização de ferramentas on-line.

Na tabela 7 foram organizados os dados do Proeb, por padrão de desempenho, dos estudantes do 5º ano da Escola Estadual Minas do Amanhã em Matemática, no período de 2014 a 2023.

Tabela 7 – Desempenho dos estudantes do 5º ano da Escola Estadual Minas do Amanhã em Matemática no Proeb (2014-2023) (%)

	Edição	Minas Gerais	SRE Juiz de Fora	E.E. Minas do Amanhã
Baixo	2014	11,4	12,1	42,9
	2016	12,6	15,1	28,3
	2018	13,5	15,1	36,5
	2019	13,4	15,3	44,8
	2021	19,0	21,0	71,0
	2022	21,0	22,0	41,0
	2023	19,0	21,0	50,0
Intermediário	2014	27,0	32,4	42,9
	2016	29,2	31,7	52,2
	2018	30,8	35,5	50,0
	2019	31,7	34,0	31,0
	2021	36,0	36,0	24,0
	2022	34,0	37,0	50,0
	2023	32,0	37,0	39,0
Recomendado	2014	35,9	35,8	11,4
	2016	36,3	35,6	17,4
	2018	37,1	35,5	13,5
	2019	36,9	37,1	24,1
	2021	33,0	32,0	6,0
	2022	32,0	29,0	9,0
	2023	33,0	31,0	11,0
Avançado	2014	25,7	19,7	2,9
	2016	21,8	17,7	0
	2018	18,6	13,9	0
	2019	18,1	13,6	0
	2021	12,0	11,0	0
	2022	14,0	11,0	0
	2023	16,0	12,0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIMAVE (CAED, 2023).

Na tabela 7, observamos uma situação ainda mais preocupante, pois os estudantes estão progredindo para as etapas de ensino subsequente sem dominar adequadamente os conteúdos e as habilidades matemáticas necessárias. O que se percebe é que, ao longo dos anos, o número de estudantes nos níveis baixo e intermediário aumentou significativamente, chegando a 89% em 2023, e apenas 11% no nível recomendado, e nenhum estudante no nível Avançado. Esse resultado é

preocupante quando se considera que a Matemática é uma disciplina fundamental para o desenvolvimento dos estudantes e para o seu sucesso acadêmico e profissional.

O aumento significativo do número de estudantes no nível baixo e intermediário, tanto em Língua Portuguesa, quanto em Matemática, é um indicador de que o problema está se agravando ao longo do tempo e a ausência de estudantes no nível avançado demonstra que a aprendizagem não tem sido consolidada. Nesse contexto, há indícios de que os estudantes estão carregando uma defasagem de ensino, que pode contribuir para o seu insucesso nos anos escolares que se seguem, em ambas as áreas do conhecimento.

Os dados evidenciam que o processo de alfabetização, de desenvolvimento das habilidades básicas de leitura, escrita e da Matemática não apresentam resultados satisfatórios com os estudantes do 5º ano de escolaridade e requer atenção da escola, para que outras competências previstas nos documentos curriculares dessa etapa da Educação Básica também sejam desenvolvidas, pelos professores em suas práticas e pela escola na implementação de ações que busquem superar as dificuldades evidenciadas pelas avaliações.

De acordo com os documentos analisados, esses resultados apresentados pelos estudantes, que são disponibilizados pelo Simave, não são discutidos pela equipe escolar, o que sugere a necessidade de uma prática de apropriação desses resultados para análise das causas do baixo desempenho e identificação de possibilidades de melhoria. A escola discute o desempenho dos estudantes nas avaliações internas, as necessidades de implementação de estratégias de ensino, voltadas para superação dos resultados das avaliações planejadas e elaboradas pela própria equipe escolar.

Nesse contexto, no capítulo que segue, buscamos analisar o resultado das avaliações discutindo os fatores associados a eles e a importância da apropriação desses resultados no contexto escolar, diante dessa busca por melhorias.

3 OS FATORES ASSOCIADOS AO BAIXO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DA ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ E A IMPORTÂNCIA DA APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS

O objetivo deste capítulo é analisar os fatores associados ao baixo desempenho dos estudantes da Escola Estadual Minas do Amanhã no Simave. A análise se concentrará na identificação das possíveis causas para o baixo desempenho dos estudantes nessas avaliações externas, utilizando conceitos teóricos e métodos de pesquisa para compreender o cenário e embasar nossas propostas de melhorias para a escola investigada, uma vez que a busca pela qualidade perpassa compreender os fatores que afetam o desempenho.

Com base nisso, este capítulo se divide em quatro seções. Na primeira delas, a seção 3.1 apresentaremos uma discussão teórica sobre os fatores intra e extraescolares que podem influenciar nos indicadores educacionais, considerando que tais fatores interferem no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes que realizam as avaliações externas. Diante disso, discutiremos a avaliação como importante ferramenta de planejamento e gestão escolar, que fornecem dados e informações cruciais para a tomada de decisões estratégicas e melhoria do ensino. Essa discussão é essencial para compreendermos a importância desse estudo para a construção de uma cultura de avaliação que tenha como ação, a apropriação dos resultados pela equipe gestora e pelos professores.

A seção 3.2, por sua vez, dedica-se à apresentação da metodologia da pesquisa. Nela, detalhamos os procedimentos utilizados para a coleta de dados, justificando a escolha de cada instrumento. Além disso, descrevemos o passo a passo do desenvolvimento desta pesquisa, desde a coleta até a análise dos dados.

Na seção 3.3 apresentamos a síntese dos relatos das entrevistas, instrumento de pesquisa escolhido para esse estudo, acompanhado da análise de dados sobre a questão em estudo, a apropriação de resultados dos testes do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública em uma escola da rede estadual de Minas Gerais.

3.1 A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR E A APROPRIAÇÃO DE SEUS RESULTADOS

No Brasil, a avaliação em larga escala é um instrumento utilizado em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, permitindo uma análise abrangente do sistema educacional, tendo o Estado como regulador de políticas públicas de avaliação.

Conforme apresentado por Bonamino e Sousa (2013), o uso de evidências na educação, no Brasil, vem ganhando espaço desde a consolidação do sistema de avaliação nacional na década de 1990, impulsionando o desenvolvimento de ferramentas e metodologias mais robustas para medir e diagnosticar a qualidade da educação básica. Os avanços apontam, também, para uma mudança na compreensão dialógica dos elementos que o constituem, para avançarmos em termos de aplicabilidade de ações propositivas.

Segundo Alves e Soares (2013), no âmbito da escola, os indicadores educacionais são como um termômetro e auxiliam na definição de procedimentos de orientação pedagógicas, com atenção ao perfil dos estudantes e às características dos estabelecimentos de ensino.

Sendo assim, é importante considerar que os indicadores devem ser analisados atrelados ao contexto escolar, pois cada escola possui sua particularidade. Alves e Soares (2013) elencam algumas, são elas: o perfil dos alunos (nível socioeconômico, origem étnica, dificuldades de aprendizagem), recursos (infraestrutura, tecnologia, materiais didáticos), organização (número de alunos por turma, atendimento), qualificação dos professores e a comunidade (relação com as famílias, participação da comunidade).

Considerando essas informações como necessárias à compreensão do contexto escolar, podemos inferir a necessidade um olhar sobre os itens dos questionários respondidos nas avaliações externas, os questionários contextuais, e para a organização pedagógica das escolas.

O estado de Minas Gerais, por meio do Simave, realiza aplicação e divulgação dos resultados dos estudantes nas avaliações e apresenta os indicadores contextuais, que são produzidos por meio de questionários. Esses questionários são respondidos pelos gestores municipais, diretores escolares, professores e estudantes (de ambas as redes de ensino) (Simave, 2022).

Sobre esse aspecto, é importante, para Boudett (2010), considerar não apenas os dados como sendo as pontuações em testes padronizados, mas uma série de outras informações sobre as habilidades e os conhecimentos dos alunos disponíveis

na escola, para uma análise mais completa. Contudo, para que a escola tenha essa prática estabelecida como cultura a ser incorporada no seu cotidiano, é necessário capacitar a equipe, no sentido de construir o que Boudett (2010) chama de letramento em avaliação.

Isso porque, do ponto de vista dos testes aplicados, estes são baseados em normas, critérios ou padrões específicos, que descrevem o desempenho dos estudantes. Sabendo que os testes do Simave se encontram neste último tipo, em que o desempenho apresentado pelos relatórios indica os intervalos característicos para cada padrão de desempenho, é importante que os professores sejam orientados sobre como interpretar esses dados, a fim de utilizarem de fato.

Em resumo, para Boudett (2010), esse letramento contribui com o processo de maior conscientização da necessidade de avaliar, para diagnosticar pontos de melhoria, com uma leitura mais simples e objetiva. Em suas palavras:

para fins de diagnóstico e melhoria de ensino, a maioria dos educadores quer mais detalhes em vez de menos. Saber que a turma de alunos vai mal em matemática, ou mesmo em 'computação matemática', fornece orientação limitada sobre como melhorar seu desempenho. Por outro lado, saber que muitos dos alunos da turma têm dificuldade com o conceito de 'valor posicional' fornece um ponto de partida claro para a melhoria do planejamento (Boudett, 2010, p. 58).

A citação exemplifica como uma análise bem construída pode colaborar com o planejamento dos professores, que ao invés de se contentarem com informações genéricas sobre o desempenho de uma turma, buscam dados mais específicos que permitam uma intervenção pedagógica direcionada e eficaz, sobretudo com a criação de momentos de discussão dos dados.

Nesse sentido, Burgos (2020) considera que o planejamento escolar passa a ser percebido como dimensão fundamental da construção dos objetivos escolares, concebido coletivamente e suportados pelas evidências oferecidas pela avaliação. Essa afirmativa é um convite a refletirmos sobre uma nova perspectiva, acerca dos arranjos e da organização da escola.

Lücke (2009) ao abordar as dimensões da gestão escolar, nos permite inferir que grande parte da dimensão educacional não é mensurada nos testes padronizados, uma vez que possuem limites que vão exigir dos gestores, buscarem dados em outras fontes. Essas fontes podem ser as informações da própria escola,

tais como as avaliações internas elaboradas pelos professores e informações que o diretor possui sobre a sua realidade escolar. Essa busca tem como finalidade construir uma visão mais ampla sobre a escola e os fatores que interferem no processo de aprendizagem dos estudantes, contribuindo para o baixo desempenho nos testes das avaliações externas ao qual são submetidos.

As fontes podem revelar fatores com características distintas, que podem interferir no processo de aprendizagem dos estudantes. Entre eles os fatores socioeconômicos, que dizem respeito ao ambiente em que o estudante está inserido, que se caracteriza como sendo um fator extraescolar, e o fator intraescolar, que abarca a metodologia de ensino, a prática docente e os programas/projetos escolares.

Alves e Soares (2013) discutem alguns fatores associados aos alunos que influenciam o resultado do IDEB e fazem parte do contexto escolar. Essa discussão apresenta importantes considerações, pois explica como os resultados se comportam sob suas influências, levando-nos a inferir que no caso das avaliações do Simave ocorrem as mesmas interferências.

Segundo os autores, o nível socioeconômico da escola, a proporção de alunos discriminados por raça/cor e por gênero, a infraestrutura da escola, o tamanho e sua complexidade interferem nos resultados, e precisam ser analisados conjuntamente com os dados numéricos por padrão de desempenho que as avaliações do Simave apresentam. Essa análise mais aprofundada sobre os motivos do baixo desempenho dependem de uma compreensão e apropriação dos resultados das avaliações. Avaliações estas que fazem parte do processo de aprendizagem.

A educação possui em seu processo educacional elementos que são fundamentais e precisam estar alinhados à proposta de educação que a legislação estabelece, entre elas a proposta da BNCC, que é

um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenha assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2017, p. 9).

Esse documento está amparado no direito social da educação, previsto na Constituição Federal de 1988, que define:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988, recurso *on-line*).

Sendo assim, contempla entre seus elementos, a avaliação do processo educativo, que a LDB 9394/96, em seu artigo 9º inciso VI, incube à União: assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (Brasil, 1996).

Nesse contexto, a avaliação deve ocorrer em todas as esferas governamentais, com o intuito de garantir que os órgãos responsáveis pelas avaliações monitorem o desempenho dos estudantes e identifiquem áreas que precisam ser aprimoradas orientando para a formulação de políticas educacionais mais eficientes. A avaliação reconhece dessa forma, o seu papel de orientar tomadas de decisões, com informações relevantes que podem direcionar para onde os recursos precisam ser disponibilizados a partir de metas claras.

Considerando o histórico da avaliação externa no Brasil e suas transformações, esta assume o que Burgos (2020) afirma ser o efeito mais importante: a redefinição do papel da administração escolar ao longo dos anos,

de figura burocrática, pouco comprometida com a dimensão propriamente pedagógica, a administração escolar ganha renovado protagonismo na organização do processo de ensino e aprendizagem na escola, e isso deve, em grande medida, ao fato de passar a pautar atuação por resultados da avaliação externa, somativa e formativa. Mas o vigor desse processo de articulação entre avaliação e gestão escolar tem levado ao fortalecimento do uso de instrumentos de monitoramento (Burgos, 2020, p. 1095).

Os resultados das avaliações representam uma ferramenta valiosa para os gestores escolares, permitindo que eles compreendam melhor a realidade da escola, tomem decisões mais informadas e promovam a melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem. No entanto, é importante que os gestores saibam interpretar

esses resultados de forma crítica e utilizar as informações coletadas para implementar ações efetivas.

Além desse lugar de valorização dos dados pelos gestores, os resultados das avaliações podem ou não contribuir com a promoção da equidade, uma vez que a disponibilização dos resultados individuais permite que os professores ofereçam suporte para que todos os estudantes tenham a oportunidade de aprender e que todos sejam avaliados de forma justa e imparcial, a depender da escolha do professor, por essa prática ou não.

A avaliação, seja ela interna ou externa, ajuda a entender o que está funcionando e o que precisa ser ajustado, ou seja, possibilita identificar se o ensino está sendo eficaz. É um processo essencial na educação, pois mede o progresso e acompanha o desenvolvimento dos estudantes ao longo do tempo, fornecendo feedback para que professores e escolas identifiquem pontos fortes e fracos e possam ajustar suas estratégias de aprendizagem e ensino.

Ainda sobre o monitoramento da educação por meio da avaliação cabe mencionar as discussões de Lück (2009), que explora as dimensões da gestão escolar, entre elas a da organização, abordando a avaliação de forma integrada ao planejamento ainda que servindo como mecanismo de monitoramento, mas também com uma abordagem construtiva. Sobre as dimensões de organização Lücke (2009, p. 26) afirma que:

dizem respeito a todas aquelas que tenham por objetivo a preparação, a ordenação, a provisão de recursos, a sistematização e a retroalimentação do trabalho a ser realizado. Elas objetivam garantir uma estrutura básica necessária para a implementação dos objetivos educacionais e da gestão escolar. Elas diretamente não promovem os resultados desejados, mas são imprescindíveis para que as dimensões capazes de fazê-lo sejam realizadas de maneira mais efetiva (Lück, 2008). Essas dimensões envolvem a fundamentação conceitual e legal da educação e da gestão educacional, o planejamento, o monitoramento e avaliação das ações promovidas na escola, e a gestão de seus resultados de modo que todas as demais dimensões e ações educacionais sejam realizadas com foco na promoção da aprendizagem e formação dos alunos, com qualidade social.

Nesse sentido, o gestor escolar tem papel fundamental na gestão dos resultados educacionais da sua escola, sendo capaz de interpretar os dados como um todo e orientar os sujeitos do fazer educativo na escola sobre as possibilidades de

melhorias ou superação de dificuldades. Para tanto, Lück (2009), declara ser necessário que os gestores se preparem. Dessa forma, compartilha quais seriam as competências de gestão de resultados necessárias, as quais estão apresentadas na figura 3, a seguir.

Figura 3 – Competências de gestão de resultados educacionais

Competências de gestão de resultados educacionais

O DIRETOR:

26. Orienta todos os segmentos e áreas de atuação da escola na definição de padrões de desempenho de qualidade na escola e na verificação de seu atendimento.
27. Analisa comparativamente os indicadores de desempenho da escola, nos últimos anos, identificando avanços e aspectos em que é necessária maior concentração de esforços para sua melhoria.
28. Promove e orienta a aplicação sistemática de mecanismos de acompanhamento da aprendizagem dos alunos, de modo a identificar alunos e áreas de aprendizagem que necessitam de atenção pedagógica diferenciada e especial, de forma individual e coletiva.
29. Analisa comparativamente os indicadores de rendimento de sua escola com os referentes ao âmbito nacional (IDEB, SAEB, Prova Brasil, etc), estadual e local, porventura existentes e estabelece metas para a sua melhoria.
30. Informa a comunidade escolar e local sobre as estatísticas ou indicadores produzidos por avaliações externas, como o SAEB, IDEB, Prova Brasil, Provínia, ENEM, discutindo o significado desses indicadores de modo a identificar áreas para a melhoria da qualidade educacional.
31. Diagnostica diferenças de rendimento e condições de aprendizagem dos alunos de sua escola, identificando variações de resultados em subgrupos e condições para superar essas diferenças.
32. Adota sistema de indicadores educacionais para orientar a coleta e análise de dados sobre os processos educacionais como condição para monitorar e avaliar o seu desempenho.
33. Promove na escola o compromisso de prestação de contas aos pais e à comunidade sobre os resultados de aprendizagem e uso dos recursos alocados ao estabelecimento de ensino.

Fonte: Lück (2009, p. 55).

Essas competências relacionadas na figura 3, dão subsídio para o gestor escolar atuar como um parceiro estratégico dos professores, auxiliando-os na análise aprofundada dos dados, assegurando um alinhamento das ações pedagógicas com os objetivos da escola.

Na próxima seção, são descritos os procedimentos metodológicos da pesquisa, desde os instrumentos utilizados na coleta e análise dos dados até a compreensão de suas implicações no contexto da escola, com o objetivo de identificar as práticas e iniciativas adotadas para integrar esses dados ao cotidiano escolar e à prática docente.

3.2 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A metodologia de pesquisa utilizada neste estudo é qualitativa, pois se baseará na coleta sem medição numérica, priorizando as descrições e observações, conforme destaca Maia (2020). Neste estudo, a obtenção de dados foi baseada na análise interpretativa de documentos da escola, tais como Atas de reuniões de módulo II, Projeto Político Pedagógico, que são documentos de registro que documentam ações, definem responsabilidades e tomadas de decisão, bem como as revistas e boletins disponíveis no portal Simave, plataforma destinadas à divulgação dos dados das avaliações.

Outras fontes de informação foram os dados coletados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, realizadas com profissionais com atuação na escola nos últimos dois anos, totalizando quatro entrevistas. Dentre esses sujeitos, destacam: dois professores, sendo um convocado e outro efetivo; uma supervisora efetiva e a diretora. A escolha por esses sujeitos se justifica pelo fato de serem esses os sujeitos que atuam no cotidiano da escola, implementando diretamente as políticas públicas educacionais, identificados, na obra de Lipsky (2019), como aqueles funcionários do serviço público responsáveis pela prestação de serviços dentro do sistema governamental, como é o caso da educação.

No que diz respeito ao quantitativo e perfil de participantes a escolha esteve atrelada à possibilidade de compreensão sobre como esses sujeitos, que possuem vínculos distintos com o estado e jornadas de trabalho ocorrendo em turnos diferentes, atuam diante das proposições relacionadas à avaliação e apropriação dos resultados das avaliações externas, diante de um cenário que aponta o baixo rendimento dos estudantes da Escola Estadual Minas do Amanhã.

Nesse sentido, a pesquisa assumiu,

uma abordagem naturalista, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos — estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais — que

descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos (Norman; Denizzin; Yvonna, 2006, p. 16).

Essa proposta de abordagem articula-se à pesquisa, uma vez que permitirá a participação do pesquisador, que também está inserido no contexto da escola, na obtenção direta de informações importantes com relação à opinião e concepções dos entrevistados, a partir de seus relatos. Ademais, com os dados também será possível identificar o perfil da Escola Estadual Minas do Amanhã e sua relação com os resultados das avaliações externas em sua organização pedagógica.

A escolha do método para realizar a pesquisa exige uma organização minuciosa dos instrumentos selecionados, com elaboração que considere o rigor científico, sendo capaz de produzir conhecimento confiável e de qualidade.

Para elaborar a entrevista é preciso saber bem as características de quem vai participar dela, para pensar nas questões conforme as recomendações fornecidas por Maia (2020, p. 28), que destaca que

treino da entrevista serve também para o pesquisador. Deve-se, na situação piloto, transcrever a entrevista, perceber que questões poderiam ser mais exploradas, quando e onde o pesquisador poderia ter feito intervenções de modo a obter mais informações do participante - sem induzir as respostas - ou outros aperfeiçoamentos necessários na interação da entrevista.

Observa-se, dessa forma, a necessidade de um diálogo investigativo, mas com objetivos bem definidos, que tornam a entrevista eficiente nesse estudo.

Dessa forma a abordagem qualitativa, adotada nesta pesquisa, permitiu a compreensão e o aprofundamento do conhecimento sobre o contexto analisado, considerando o que o este estudo investigou, a apropriação dos resultados de avaliações em larga escala em uma escola estadual mineira fundamentado na análise à luz das gerações de avaliação em larga escala no Brasil e sua nas implicações para o currículo escolar de Bonamino e Sousa (2012), e para a discussão sobre o uso de evidências na educação e a gestão escolar frente aos resultados das avaliações teve como suporte as obras de Boudett (2020) e Lück (2009), respectivamente.

Com relação ao processo de coleta de dados utilizando a entrevista como instrumento, vale destacar que os profissionais convidados a participarem da pesquisa foram apresentados aos objetivos da mesma e orientados sobre a dinâmica da entrevista, que se deu de maneira ativa com liberdade para que os entrevistados

falassem o que desejassem sobre o tema abordado e livres para interromper a conversa a qualquer momento.

Comunicar essas questões aos entrevistados é importante para que o momento da entrevista possa trazer contribuições importantes para a pesquisa e para o entrevistado, levando a uma reflexão sobre os processos investigados também para si, em sua vida. Duarte (2004, p. 220) destaca a atuação do entrevistador e essa finalidade:

atuamos como mediadores para o sujeito apreender sua própria situação de outro ângulo, conduzimos o outro a se voltar sobre si próprio; incitamo-lo a procurar relações e a organizá-las. Fornecendo-nos matéria-prima para nossas pesquisas, nossos informantes estão também refletindo sobre suas próprias vidas e dando um novo sentido a elas. Avaliando seu meio social, ele estará se auto-avaliando, se auto-afirmando perante sua comunidade e perante a sociedade, legitimando-se como interlocutor e refletindo sobre questões em torno das quais talvez não se detivesse em outras circunstâncias.

Considerando o exposto, e para que a entrevista fornecesse material suficiente para a investigação, ocorreram em dias e horários previamente definidos juntamente com os participantes. No dia quinze de novembro de dois mil e vinte quatro foram entrevistadas uma professora às dez horas da manhã e a diretora às onze horas da manhã. A entrevista com a especialista de educação aconteceu no dia vinte de dezembro de dois mil e vinte quatro às dezenove horas da noite e a segunda professora foi entrevista no dia vinte e dois de dezembro do mesmo ano, totalizando quatro entrevistas. Totalizando quatro entrevistas, que se deram no formato online. A escolha pelo formato online foi uma opção metodológica do entrevistador, para viabilizar que as entrevistas ocorressem sem a necessidade de deslocamento de ambas as partes, e para garantir a realização em um ambiente mais tranquilo, momento em que os participantes estivessem disponíveis, minimizando interrupções.

Com o consentimento dos participantes, após leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que se encontram assinados e arquivados, as entrevistas foram gravadas para posterior análise.

As discussões foram norteadas por um roteiro previamente elaborado (Apêndices A e B). Este roteiro, composto por vinte questões orientadoras organizadas em dois blocos: I – As avaliações externas dos sistemas educacionais; II – Acesso, apropriação e uso dos resultados do Simave/Proeb.

Após realização das entrevistas, com o objetivo de compreender a relação dos indivíduos com as avaliações externas, e o nível de apropriação dos resultados, realizou-se uma análise qualitativa dos dados provenientes das entrevistas, observando aspectos que relacionem as práticas cotidianas aos processos avaliativos da escola.

3.3 A ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ E A APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS: A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E EQUIPE GESTORA

Nesta seção trazemos as inferências dos dois professores e da equipe gestora composta pela especialista de educação e a diretora da escola sobre as questões de investigação elaboradas. Os dados foram categorizados e estão organizados em subseções. Participaram da entrevista, dois professores, uma especialista de educação e a diretora da escola.

A amostra desta pesquisa foi definida com base em critérios estratégicos, visando obter uma visão abrangente sobre o tema investigado. Foram selecionados quatro participantes, representando diferentes níveis de atuação, o especialista de educação que atua no planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos e programas educacionais, o diretor responsável por administrar a instituição e o professor com uma atuação direta com os processos de ensino e aprendizagem em sala de aula. Além disso, levamos em consideração o vínculo desses profissionais com o estado, que conta com atuação de profissionais efetivos e contratados nas escolas estaduais. Abaixo quadro com o perfil dos participantes da pesquisa.

Quadro 3 - Perfil dos participantes da pesquisa

Participantes	Vínculo com o Estado	Tempo de atuação na escola
Diretora	Efetiva	10 anos
Especialista	Efetiva	10 anos
Professor 1	Efetiva	9 anos
Professor 2	Contratada	3 anos

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

Essa diversidade de perfis permite analisar como a avaliação é utilizada por profissionais que ocupam cargos e exercem funções distintas na instituição, com

diferentes níveis de responsabilidade. A amostra é composta por dois professores, uma especialista em educação e a diretora da escola.

A escolha dos professores como participantes da pesquisa justifica-se por serem os profissionais que estão diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e que, portanto, têm contato direto com os resultados da avaliação. A participação da especialista em educação, por sua vez, permite ampliar a análise, trazendo uma perspectiva técnica e pedagógica sobre a utilização da avaliação. A presença da diretora da escola na amostra é fundamental, pois ela é a responsável pela gestão da instituição e pela implementação de políticas e práticas relacionadas à avaliação.

A análise das respostas dos professores será realizada em paralelo à da equipe gestora, com o objetivo de identificar, se as ações de apropriação ocorrem e dialogam com as práticas pedagógicas da escola investigada sob a perspectiva de cada um dos entrevistados.

3.3.1 A avaliação externa e o acesso aos resultados

Nesta seção vamos trazer uma análise sobre o que os entrevistados conhecem sobre as avaliações externas, como percebem sua importância, os desafios que enfrentam na sua aplicação e como acessam os resultados.

O primeiro dado coletado diz respeito ao conhecimento que os sujeitos da pesquisa possuem sobre as avaliações externas. A pergunta para os entrevistados foi: O que você entende como avaliação externa? A seguir os relatos:

ela é um recorte do currículo e algo que acontece externo na escola. Ela é elaborada fora da escola, a partir das matrizes de referência. Tenho para. Que elas são muito importantes no processo é educativo. Se houver seriedade na aplicação dela e mais do que a aplicação é, que análise sabe dos resultados, seja feita de uma forma onde de fato, impacte no cotidiano da escola. Então, assim, para mim é de uma relevância muito grande. (PROFESSORA 1, entrevista realizada em 15 de novembro de 2024).

Nesse primeiro relato podemos identificar na fala da professora, que ela compreende que avaliação externa é uma avaliação elaborada em outra instância sem a participação da escola. Reconhece a importância da avaliação e necessidade de ser

aplicada com seriedade, para ser efetiva, mas que não se limite apenas à aplicação, que ocorram desdobramentos, a partir dos resultados.

Já a especialista aborda a avaliação com uma análise acerca do nível de aprendizagem:

então eu entendo que elas são importantes para medir o índice de aprendizagem, né? Ou de defasagem, para poder estar repensando ferramentas para a gente poder é recuperar, né? Esse nível de aprendizagem, de alfabetização. De um modo geral. (ESPECIALISTA, entrevista realizada em 20 de dezembro de 2024).

Ao destacar que a avaliação é importante para "medir o índice de aprendizagem" e identificar "defasagens". Essa afirmação revela que a avaliação, em sua visão, é um instrumento diagnóstico que permite identificar lacunas no aprendizado dos alunos. Essa perspectiva se alinha com a teoria da avaliação diagnóstica, que enfatiza a importância de identificar as dificuldades dos alunos para que o professor possa planejar intervenções pedagógicas mais eficazes.

Para Luckesi (2000) o ato de avaliar implica dois processos articulados e indissociáveis: diagnosticar e decidir. Não é possível uma decisão sem um diagnóstico. Esse ponto de vista sugere que os envolvidos com a avaliação, conheçam os instrumentos de avaliação e o conteúdo avaliado, para um diagnóstico satisfatório.

A diretora ao responder ao mesmo questionamento, o faz a partir de uma distinção entre as avaliações internas, elaboradas pela escola e as avaliações cuja elaboração não é uma responsabilidade da escola. Vejamos abaixo:

as avaliações externas são as avaliações que a gente recebe, seja da parte da Secretaria de Educação, seja do CAED. São as avaliações que não são organizadas pelos professores e pelos coordenadores. (DIRETORA, entrevista realizada em 15 de novembro de 2024).

Essa distinção apresentada pela diretora é fundamental para compreender como a escola percebe e lida com os diferentes tipos de avaliação. As avaliações internas podem ser vistas como um retrato da escola, sem correlacionar com demais escolas ou redes de ensino. Elas permitem que a escola avalie o progresso dos alunos em relação aos seus próprios objetivos.

Conforme Lück (2009) descreve, compreender o papel e os mecanismos da avaliação de resultados educacionais, tanto em âmbito externo, realizado pelos

sistemas de ensino, como no interno, realizado pelas escolas, constitui-se em condição fundamental para definir qualificações que tornam as escolas mais eficazes.

Nesse sentido, observamos nos relatos que há um conhecimento superficial sobre o que é uma avaliação externa, sua finalidade e importância para o desenvolvimento dos processos de aprendizagem que ocorrem na escola. Essa ausência de entendimento mais aprofundado pelos entrevistados pode comprometer a utilização da avaliação como importante ferramenta de análise de resultados, que Bonamino e Souza (2013), apontam como essenciais no delineamento das políticas educacionais e em consequência, o que, como e para que ensinar.

A professora 1 quando questionada sobre como as avaliações chegam até a escola, relata que recebe as orientações de aplicação de forma sucinta, sem uma discussão sobre a importância desse processo para construção de indicadores, que possam servir como dados para repensar as estratégias de ensino utilizadas. Podemos verificar essa reflexão com o processo avaliativo no relato da professora 1 que segue abaixo:

não presenciei se foi discutido em reunião pedagógica. Ela só falou, olha, me dá os seus dados que eu vou te cadastrar no sistema. Vai fazer a prova tal⁶. Igual agora em novembro vai ter uma outra. Se já foi falado? Eu não, eu não participei, não estava presente, mas dos anos anteriores eu não lembro de a gente ter um momento assim. De uma preparação real para essas provas, sabe? Ah, vamos fazer uma campanha, vamos mandar bilhete. Realmente eu não lembro. Sempre aparecendo tudo muito corrido, principalmente as que acontecem mais próximo do final do ano, então. Se eu me recordo assim dos últimos anos, eu não tive uma preparação, a preparação assim, no sentido assim, eu recebi o material do aplicador, mas eu preciso a ler individualmente. Aí, se eu tiver uma dúvida, eu vou lá, eu pergunto o supervisor. (PROFESSORA 1, entrevista realizada em 15 de novembro de 2024).

Esse relato demonstra um distanciamento desse sujeito em relação às avaliações, à aplicação e seus desdobramentos, mesmo que em outros momentos da entrevista demonstre desejo em compreender como pode contribuir com esse processo, como evidência em outro momento da entrevista:

⁶ Transcrição de áudio conforme fala da entrevistada. Nesse caso entende-se a expressão “tal”, como referindo-se avaliação do SIMAVE.

há alguns anos, eu lembro que a Ana⁷ falava muito sobre a questão das avaliações externas, sobre a gente fazer. É importante a gente fazer a análise para a gente poder reorganizar os nossos planejamentos. Então assim, já teve esses momentos de discussão. Só que inclusive a Ana até que levou algumas análises, para a gente ver na reunião pedagógica. Isso já tem alguns anos. Só que lá na escola isso não vai muito para frente. (PROFESSORA 1, entrevista realizada em 15 de novembro de 2024).

Ainda sobre o processo de aplicação das avaliações externas, a diretora explica:

primeiro as especialistas recebem orientação da Secretaria de educação. Sempre eles fazem uma reunião pelo Google meet para estar repassando para a especialista. Depois envia um e-mail para escola, geralmente com os slides que são passados nessa capacitação. Aí elas escolhem a maneira mais adequada de estar passando para os professores. Ou na reunião pedagógica ou quando passa o período de reunião, aí elas então vão nas salas e explicam para os professores como que vão ser realizadas avaliações. (DIRETORA, entrevista realizada em 15 de novembro de 2024).

Essa narrativa demonstra um fluxo de informações, que parte da Secretaria de Educação, passa pelas especialistas e chega aos professores. A utilização de diferentes formatos para o repasse das informações (reunião online, e-mail, reunião pedagógica ou encontros individuais) permite que as especialistas escolham a melhor estratégia para atingir os professores. Essa possibilidade de escolher a melhor forma de repassar as informações para os professores demonstra a autonomia das especialistas e sua capacidade de adaptar o processo às necessidades da escola.

Sobre o acesso aos resultados das avaliações e à plataforma do Simave/Proeb, os entrevistados responderam às seguintes perguntas: você tem acesso aos resultados das avaliações. Você tem é acessado? Faz uso da plataforma do Simave?

Como resposta à essas indagações, a professora 1 diz:

eu conheço. Esse ano eu não entrei para olhar, mas eu tinha hábito sim, de vez em quando entrar para ver, inclusive aquelas que faz no primeiro mês. Depois, no final do ano, eu gostava de olhar. Inclusive, eu tinha o hábito de depois refazer a prova junto com os meninos, principalmente as questões onde a maioria da turma errou. (PROFESSORA 1, entrevista realizada em 15 de novembro de 2024).

⁷ Nome fictício utilizado para preservar a identidade de uma professora citada na entrevista.

Este registro revela que, embora a professora tenha conhecimento da plataforma, seu acesso não é frequente. Consequentemente, o potencial de análise dos dados disponíveis não está sendo explorado. Isso também é identificado na fala da professora 2, quando questionada sobre o que ela acha da plataforma do Simave:

muito boa, melhorou muito, traz muita informação, traz as orientações. Tem vídeos na internet que colocam. Da plataforma em si mesmo, eu acho que a gente tinha que ter o acesso a questão em si, mas tipo assim, eu sei que vai avaliar as habilidades e competências daquela turma. Eu sei, mas, por exemplo, em qual nível que vai avaliar? Eu acho que tinha que ter assim um parecer nessa plataforma. O que vai cair, sei lá que tipo de questões. (PROFESSORA 2, entrevista realizada em 22 de dezembro de 2024)

Constata-se que a professora reconhece a relevância das informações presentes na plataforma, porém, sugere que o modelo e o tipo de questão sejam exemplificados. Essa sugestão demonstra a necessidade de um maior conhecimento sobre os recursos oferecidos pelo portal Simave, que vai além da divulgação de dados sobre a participação e o desempenho dos alunos. A plataforma também compartilha informações detalhadas sobre os indicadores considerados nas avaliações, além de oferecer orientações pedagógicas valiosas para os professores:

oferece um conjunto de ferramentas que dão suporte à Secretaria, às escolas e aos estudantes, desde a aplicação dos testes até a devolutiva e apropriação dos resultados. Neste ambiente é possível que a Secretaria e as escolas organizem a avaliação, consultem os resultados obtidos, façam interposição de recursos e acessem orientações sobre como utilizar, pedagogicamente, os indicadores disponibilizados pela avaliação.

O objetivo é que todas as etapas do processo avaliativo sejam concentradas neste espaço, iniciando com o cadastro de turmas e aplicadores dos testes, e finalizando com o aprimoramento profissional dos atores educacionais sobre os conceitos e temas relacionados à avaliação externa (Simave, 2022, p.54).

Ou seja, os professores dispõem de um conjunto de recursos e atividades que os auxiliam na análise e interpretação dos resultados de suas turmas. Além disso, o Simave oferece sugestões sobre como utilizar esses resultados na criação de projetos e atividades em sala de aula.

A análise revela uma interconexão essencial entre as aspirações do professor, o aprendizado do aluno e a proficiência no uso de ferramentas de análise. Essa

dinâmica aponta para a necessidade de uma construção de conhecimento sólida e duradoura, que vá além da simples preparação para avaliações pontuais.

Nesse contexto, os objetivos das avaliações externas, conforme destacados por Bonamino e Sousa (2013), ganham importância. Eles ressaltam um movimento que impulsionou o desenvolvimento de instrumentos e metodologias mais precisos, voltados para a medição e diagnóstico da qualidade da educação básica.

Para isso, é fundamental compreender a percepção dos profissionais sobre as avaliações externas e o desempenho da escola, conforme será detalhado na próxima seção.

3.3.2 A percepção dos profissionais sobre as avaliações externas e o resultado da escola

Com o objetivo de fornecer um panorama do desempenho dos alunos e das escolas, essas avaliações são frequentemente utilizadas como ferramentas de diagnóstico e de monitoramento da qualidade da educação. No entanto, a percepção dos profissionais da educação sobre as avaliações externas e seus resultados podem variar significativamente. Como apontado por Lüke (2009), alguns podem ver essas avaliações como instrumentos úteis para identificar pontos fortes e fracos e orientar a tomada de decisões, enquanto outros podem questionar sua validade e sua capacidade de refletir a complexidade do processo de ensino-aprendizagem.

A professora 2 quando questionada sobre os resultados da escola, não apresenta informações sólidas em sua fala demonstrando não conhecer o resultado de uma maneira mais ampla, vejamos o relato.

quanto a minha turma, eu achei que foi bem. Mas eu não vi assim o resultado final, como a escola foi eu não vi. Eu sei que teve uma participação boa. Olhei e vi uma participação boa, e em relação as crianças. Costuma ter esse 20%, 30%, 40. Quando eu cheguei a olhar tinha bastante participação. Acho que foi. 90% em relação a aplicação da prova e o resultado também foi agora da minha. Vou falar especificamente da minha turma. Foi muito, muito válido mesmo. A participação e o desempenho dela. No todo eu não lembro direito, não. Teria que entrar na plataforma e ver a escola. (PROFESSORA 2, entrevista realizada em 22 de dezembro de 2024)

O trecho revela uma lacuna na comunicação e no acesso aos dados das avaliações na escola. Apesar de demonstrar conhecimento sobre a participação dos alunos e o desempenho de sua turma, a professora admite desconhecer os resultados gerais da escola, ou seja, não possui informações claras sobre os resultados. Tal fato se deve a não realização de uma análise assertiva sobre os resultados.

Para Lücke, alguns questionamentos básicos precisam ser feitos para a realização do processo de gestão de resultados, são eles:

que habilidades os alunos estão aprendendo ou deixando de aprender em cada unidade de ensino, em cada segmento de aprendizagem, em cada turma, com cada professor, em cada turno escolar, na escola como um todo? • Há diferença de resultados entre alunos pertencentes a grupos diversos, como por exemplo, meninos e meninas, nível socioeconômico das famílias, repetentes ou não etc. Há diferença de resultados, numa mesma série, entre alunos com professores diferentes? • Há diferença de resultados entre alunos de turnos diferentes? • O que explicaria essas possíveis diferenças? • A escola tem superado ou acirrado as diferenças de desempenho associadas a classificações sociodemográficas dos alunos? • Quão longe de um desempenho ideal estão diferentes grupos de alunos? • Como se poderia superar essas diferenças? • Como a escola acompanha e avalia esses resultados e utiliza esses dados sobre desempenho escolar para orientar o processo contínuo de melhoria do ensino? • Tem havido variação desses resultados mês a mês, bimestre a bimestre, semestre a semestre, ano a ano, como decorrência de um esforço sistemático? (Lücke, 2009, p. 56)

Nesse sentido faz-se necessário que no âmbito da escola esses questionamentos sejam feitos de forma coletiva, para que os dados sejam utilizados, na medida em que serão assim identificadas as necessidades de mudanças, de reorganizações que só um planejamento pedagógico que leve esses dados em consideração permitirá.

Quando questionada sobre o planejamento a mesma professora diz que utiliza os resultados para planejar as suas aulas, vejamos:

sim, aproveito. Refaço a prova depois que eles recebem. Refaço a prova com eles oralmente. A questão que eles erraram eu passo no quadro, faço eles copiarem. Reforço novamente. É um planejamento muito em cima do outro. Às vezes eu estou dando uma questão totalmente diferente. Eu paro e volto lá atrás onde eles mais precisam consolidar. É e falo que a gente já sabe, mas não consolidaram. Aprenderam aqui agora e esqueceram na hora da prova. (PROFESSORA 2, entrevista realizada em 22 de dezembro de 2024)

A falta de profundidade no relato da professora sugere que ela não utiliza os resultados das avaliações e sim as provas. Não reflete sobre o que o aluno errou, apenas re replica as questões. Ao não refletir sobre o resultado, deixa de explorar o potencial que a avaliação tem, de proporcionar uma análise sobre o conhecimento não consolidado e dar pistas sobre melhorias no ensino e na aprendizagem, que podem ser implementadas.

A focalização na correção de erros pontuais e a falta de tempo para uma reflexão mais aprofundada podem limitar a capacidade da professora de identificar as causas das dificuldades dos alunos e de planejar ações mais eficazes.

Outro ponto importante quando falamos de avaliação de estudantes cujo responsável acadêmico são os pais ou responsáveis, é comunicar os resultados às famílias. A divulgação dos resultados das avaliações para as famílias é um passo crucial para construir uma parceria colaborativa entre a escola e os pais, visando o desenvolvimento integral dos alunos. Aqui identificamos na fala dos professores que essa prática ainda é insipiente. Ao responderem se os resultados são divulgados pela escola para os responsáveis dos alunos, a resposta é:

então, em relação às provas é falado com pais, através de bilhete. É através da minha fala mesmo, através do grupo que a diretora coloca. Agora resultado especificamente é só nas reuniões que eu fiz com os pais, que eu falei e entregando a prova para eles verem, mas gráficos ou sobre as questões, essas coisas, não. É avisado sobre a prova. Reforçava nas reuniões, não pode faltar essa prova. É até uma sugestão, entregar a prova para o aluno, a escola sempre manda arquivar. Eles falam que vão recolher as provas e não recolhem, é a mesma fala de anos atrás até hoje. É pra arquivar que eles vão recolher e não recolhe, fica lá não sei nem que rumo tomam. (PROFESSORA 2, entrevista realizada em 22 de dezembro de 2024)

Essa prática não permite o acompanhamento da aprendizagem pelas famílias, que não terão acesso ao desempenho dos filhos, as dificuldades enfrentadas em relação aos objetivos de aprendizagem.

Ao divulgar os resultados das avaliações de forma transparente e responsável, a escola fortalece a parceria com as famílias e contribui para a construção de uma comunidade educativa engajada e comprometida com o sucesso dos alunos.

3.3.3 Ações de apropriação dos resultados das avaliações externas

As avaliações externas, têm se tornado uma ferramenta importante para avaliar a qualidade da educação no Brasil. No entanto, os resultados dessas avaliações só são realmente úteis se forem apropriados e utilizados de forma eficaz pelas escolas.

A apropriação dos resultados das avaliações externas é um processo que envolve diversas ações, desde a análise e interpretação dos dados até a utilização das informações para a elaboração de planos de ação e a implementação de melhorias na prática pedagógica.

Durante a análise dos dados coletados na pesquisa, foi identificada uma ação que revelou um movimento no sentido de conhecer os dados das avaliações e analisá-lo na escola investigada, porém não houve um desdobramento, uma continuidade da ação na escola.

A especialista de educação faz menção à essa ação:

uma vez que eu lembro que fui até eu que apresentei o gráfico junto com a Ana⁸, a gente conversou para repensar onde estava a defasagem dos alunos e quais atividades poderiam nos aplicar para acionar aquela deficiência. Só que tiveram alguns impactos por conta ausência de professor e a gente não conseguiu dar sequência, então ficou pelo caminho e a gente não chegou até o resultado final, do trabalho que nós havíamos proposto para a escola. (ESPECIALISTA, entrevista realizada em 20 de dezembro de 2024).

Esse relato revela que a escola demonstra interesse em utilizar os dados das avaliações externas para melhorar o ensino e a aprendizagem, mas enfrenta dificuldades em dar continuidade às ações propostas. A ausência de professores pode ser um fator que contribui para a falta de continuidade.

A análise da percepção dos profissionais da Escola Estadual Minas do Amanhã sobre as avaliações externas e o resultado da escola revela um cenário complexo, com pontos positivos e desafios a serem superados.

Os profissionais reconhecem a importância das avaliações externas como ferramentas para avaliar a qualidade da educação e identificar áreas que precisam de melhoria, demonstrando a intenção de utilizar os resultados das avaliações para planejar suas aulas e melhorar a prática pedagógica, diante da preocupação com a aprendizagem dos alunos e buscam formas de ajudá-los a superar suas dificuldades.

⁸ Nome fictício utilizado para preservar a identidade de uma professora citada na entrevista

4. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

De acordo com as evidências identificadas no capítulo 3 o PAE foi construído, conforme modelo de organização 5W2H, que de acordo com Mosso (2013), auxilia no planejamento e definição de objetivos, estratégias e meios para alcançá-los, definição de responsáveis e prazos.

Nesse modelo tais definições são transformadas em uma tabela com as seguintes definições:

objetivos (What – O que fazer); Estratégias ou Táticas (How – como fazer), Responsabilidade (Who – quem responde por atingir o objetivo); Prazo para a consecução (When – Quando); Onde será desenvolvido o objetivo (Where – onde); Por que (Why – o porquê do objetivo); e Quanto custará pra atingi-lo (How much – Quanto). (Mosso, 2013, p. 150).

A utilização da tabela facilita a visualização das ações, o que será feito, os responsáveis pela execução, os motivos para sua ocorrência, quando e como acontecerão e quanto vai custar.

Além disso, para Mosso (2013) este modelo enfatiza a execução do planejamento e a responsabilidade na busca por resultados. Sua estrutura permite o estabelecimento de múltiplos objetivos e, devido à sua simplicidade, abrangência e eficácia, é amplamente utilizado em organizações públicas e privadas. Com base nisso, é o modelo adotado para traçar as metas e os objetivos do plano de ação educacional apresentado no próximo capítulo.

4.1 PAE – CONSTRUINDO A CULTURA DA APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS NA ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ

O objetivo do PAE é promover ações de discussão coletiva sobre os resultados, impulsionando análises e debates periódicos para interpretar os dados, que revelem oportunidades de melhoria, fortalecendo a utilidade da avaliação externa como ferramenta de gestão, auxiliando no planejamento, acompanhamento e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.

Quadro 3: Ações desenvolvidas no plano de ação educacional - Construindo a cultura da apropriação de resultados na Escola Estadual Minas do Amanhã

O que?	Por quê?	Onde?	Quem?	Quando?	Como?	Quanto?
Ação 1: Capacitar a equipe sobre avaliação e sua importância, propiciando a construção do conhecimento coletivo.	Cada sujeito demonstra um entendimento sobre o processo de avaliação externa e sua relação com os resultados da escola.	Na escola.	Gestor escolar e Especialista de educação	1º semestre de 2025 (antes da primeira aplicação de avaliação externa).	Na reunião pedagógica, dedicar um espaço de apresentação das avaliações externas, às quais os estudantes da escola são submetidos.	Sem custo.
Ação 2: Letramento sobre análise de resultados	Para fortalecer a compreensão sobre o significado de cada resultado a fim de identificar as necessidades de aprendizagem, para implementação de intervenções pedagógicas.	Na escola	Especialista de educação	Um encontro por bimestre.	No conselho de classe do bimestre, os professores analisarão os resultados das avaliações internas para familiarização com a cultura da avaliação e sua relação com o currículo e o planejamento.	Sem custo
Ação 3: Divulgação dos resultados	Proporcionar divulgação dos resultados das avaliações de	Na escola	Diretor, Especialistas de	Ao término de cada bimestre	Criar um canal de comunicação visual, para	Sem custo

	forma acessível para toda a comunidade escolar.		educação e Professores.	(avaliações internas) e a cada divulgação de resultados pelos órgãos competentes (avaliações externas)	compartilhar com a comunidade escolar os resultados das avaliações, com o objetivo de familiarização de todos com os processos e atribuição de significados.	
Ação 4: Os resultados como ferramenta de gestão	Ao conhecer a percepção dos profissionais sobre as avaliações externas, a gestão escolar pode tomar decisões mais informadas e elaborar planos de ação mais eficazes, que levem em consideração as necessidades e expectativas da comunidade escolar.	Na escola	Diretor e Especialistas de educação.	Nas reuniões com equipe pedagógica definir as ações e estratégias que serão implementadas para alcançar os objetivos e metas, incluindo ações pedagógicas, administrativas e de gestão.	Utilizar os resultados das avaliações externas como ferramenta para o aprimoramento contínuo da gestão escolar, da prática pedagógica e da qualidade da educação.	Sem custo

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

Ação 1: Capacitação da Equipe Escolar sobre Avaliação: Construindo uma Compreensão Compartilhada

Para garantir que todos os membros da comunidade escolar compreendam o papel crucial da avaliação no processo de ensino-aprendizagem, desmistificando o conceito e promovendo uma visão positiva e construtiva, a proposta é desenvolver uma capacitação com a equipe escolar sobre avaliação. Uma apresentação sobre o Sistema de Avaliação Brasileiro e mais especificamente sobre o SIMAVE, os objetivos das avaliações, como são elaboradas e sua finalidade.

Além disso, busca-se com essa ação alinhar o entendimento sobre como as avaliações externas refletem o desempenho da escola e como os resultados podem ser utilizados para identificar áreas de melhoria. Ao compreender como as avaliações externas refletem o desempenho da escola e como utilizar os resultados para identificar áreas de melhoria, a equipe escolar poderá direcionar seus esforços para as necessidades específicas da instituição, resultando em um aumento do desempenho escolar, promovendo um ciclo contínuo de aprimoramento.

Uma equipe escolar bem-informada e engajada com a avaliação tem mais condições de planejar aulas eficazes, identificar dificuldades dos alunos e implementar estratégias de intervenção adequadas.

Essa ação acontecerá na escola, utilizando espaços como as salas de aula, ou outros ambientes adequados para workshops e palestras e contará com duas fases para sua execução.

Fase de Planejamento: Definição do conteúdo programático, definição dos sujeitos responsáveis pela capacitação, agendamento das datas e horários e elaboração de materiais de apoio (slides, apostilas, artigos) com os principais conceitos e informações sobre avaliação, para que a equipe possa consultar posteriormente.

Fase de Implementação: Realização das sessões de capacitação teórica, com carga horária total de 4 horas, divididas em encontros de 2 horas cada, para atualização do conhecimento sobre avaliação. Nesse momento a equipe ouvirá um profissional responsável, para nivelamento do conhecimento de todos acerca da avaliação.

No segundo momento serão realizados os **Workshops Interativos**, cujo objetivo é promover discussão coletiva, a partir de estudos de casos previamente selecionados, que abordem a temática da avaliação e o desempenho escolar. Para essa ação será disponibilizada uma carga horária total de 4 horas, divididas em encontros de 2 horas cada, para que a equipe possa aplicar os conceitos aprendidos e trocar experiências.

Ação 2: Letramento sobre Análise de Resultados: Decodificando os Dados para Ações Eficazes

Essa ação se debruçará sobre os resultados das avaliações, e tem como objetivo orientar os professores sobre práticas de reflexão e análise de dados das avaliações do SIMAVE, para que possam utilizar os resultados das avaliações como ferramenta diagnóstica, identificando as dificuldades e lacunas de aprendizagem dos alunos, e planejando atividades e estratégias de ensino que atendam às necessidades específicas de cada ano de escolaridade ou turma.

Nesta etapa serão realizadas as **oficinas de letramento de análise de dados**. Por que oficina? Conforme Vieira e Volquind (1996), a oficina é uma forma de ensinar e aprender por meio de uma ação coletiva e nesse sentido traz elementos importantes sobre o processo de construção do conhecimento para apropriação dos resultados do SIMAVE pela equipe da escola investigada.

Sendo uma alternativa metodológica que permite a investigação da realidade em sala de aula, ao transpormos para a formação de professores, estimulará o pensamento, o sentimento e a ação. Nesse sentido, podemos entendê-la nessa etapa como uma modalidade de ação, pois conforme salienta Vieira e Volquind (1996), toda oficina necessita promover a investigação, a reflexão; combinar o trabalho individual e a tarefa socializada; garantir a unidade entre a teoria e a prática.

As oficinas serão desenvolvidas antes do início de cada bimestre letivo, com carga horária de 4 horas por bimestre. A partir do exercício de análise de dados das avaliações externas e internas.

1º Momento

Atividade	Objetivo	Estratégia	Tempo
Apresentação do Facilitador	Apresentar os objetivos da oficina	Cards com os resultados da escola nas duas últimas avaliações do SIMAVE realizadas.	20 minutos
Diagnóstico do conhecimento dos professores sobre os resultados	Identificar conhecimento inicial sobre o SIMAVE	Navegar pela plataforma do SIMAVE, verificando o nível de familiaridade dos professores com suas funcionalidades.	20 minutos
Apresentação dos dados da escola para análise.	Compartilhar os dados da escola.	Disponibilizar os dados de cada ano de escolaridade para que o grupo possa analisar o desempenho dos estudantes.	30 minutos
Estímulo a análise crítica.	Incentivar a análise crítica dos resultados, considerando o contexto social, econômico e cultural dos alunos, e buscando identificar as causas das dificuldades de aprendizagem.	Disponibilizar os dados de cada ano de escolaridade, por meio de arquivos digitais, para que o grupo possa analisar o desempenho dos estudantes.	10 minutos
Apresentação das hipóteses	Perceber como o resultado é analisado pelos professores.	Ouvir os grupos e suas percepções sobre os resultados e a interpretação atribuída aos fatores associados.	20 minutos
Avaliação do encontro	Identificar se as discussões contribuíram para aperfeiçoamento da prática docente. Levantar contribuições para as próximas ações.	Perguntas objetivas e discursivas para avaliar a importância, relevância e coerência das informações, quais informações mais importantes, levantamento de dúvidas.	10 minutos

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

2º Momento

Atividade	Objetivo	Estratégia	Tempo
Apresentação do Facilitador.	Apresentar os objetivos da oficina	Apresentar gráficos dos fatores associados compartilhados no encontro anterior.	20 minutos
Diagnóstico do conhecimento dos professores sobre os resultados dos estudantes nas avaliações internas	Analisar os resultados dos estudantes nas avaliações internas.	Ouvir os grupos e suas percepções sobre os resultados dos estudantes nas avaliações internas em comparação com as avaliações externas.	30 minutos
Exposição de ferramentas de análise de dados	Compartilhar com a equipe softwares que podem ser utilizados para analisar os dados e traçar estratégias de melhorias.	Apresentar ferramentas de análise de dados (planilhas eletrônicas, softwares) que podem auxiliar os professores na identificação de padrões e tendências nos resultados das avaliações	20 minutos
	Promover a discussão dos resultados das avaliações internas, a partir de relatórios elaborados pelos professores	Elaborar coletivamente modelos de relatórios que facilitem a análise e a interpretação dos resultados, que nortearão as discussões que ocorrem nos concelhos de classe. Momento de identificação das dificuldades dos alunos e o planejamento das intervenções.	40 minutos
Avaliação do encontro.	Identificar se a oficina está contribuindo para	Aplicar formulário online de pesquisa sobre o alcance	10 minutos

	aperfeiçoamento da prática docente. Levantar contribuições para as próximas ações.	dos objetivos da oficina, com perguntas objetivas sobre os tópicos abordados, e perguntas discursivas sobre a percepção dos professores acerca da análise dos dados.	
--	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

Ação 3: Divulgação Transparente e Acessível dos Resultados: Engajando a Comunidade Escolar

Para engajar a comunidade escolar no processo de melhoria da qualidade da educação, promovendo a participação de todos na identificação de problemas e na busca de soluções. Além disso, visa aumentar a confiança da comunidade na escola, demonstrando o compromisso com a transparência e a responsabilidade.

A ação acontecerá na escola, utilizando diferentes canais de comunicação, como murais, site da escola, redes sociais, reuniões de pais, boletins informativos.

Após Cada Avaliação: Divulgar os resultados das avaliações internas e externas logo após a sua realização, respeitando os prazos estabelecidos pelos órgãos competentes.

Canais de Comunicação: Utilizar diferentes canais de comunicação para atingir todos os membros da comunidade escolar:

Mural: Para expor os dados

Site da Escola: Publicação de relatórios completos com os resultados das avaliações, análises e planos de ação.

Redes Sociais: Divulgação de informações relevantes sobre as avaliações, utilizando linguagem clara e acessível.

Reuniões de Pais: Apresentação dos resultados das avaliações e discussão das ações que estão sendo tomadas para melhorar o desempenho dos alunos.

Boletins Informativos: Envio de boletins informativos para os pais com os principais resultados das avaliações e as ações que estão sendo desenvolvidas na escola. Utilizando linguagem clara e acessível, evitando jargões técnicos e apresentando os resultados de forma visual (gráficos, tabelas).

Ações de Melhoria: Apresentar as ações que estão sendo tomadas para melhorar o desempenho dos alunos, demonstrando o compromisso da escola com a qualidade da educação.

Ação 4: Utilização Estratégica dos Resultados como Ferramenta de Gestão: Transformando Dados em Ações de Melhoria Contínua

Para garantir que as ações da escola estejam alinhadas com as necessidades dos alunos e com as metas estabelecidas, promovendo a eficiência e a eficácia da gestão escolar. Essa ação acontecerá nas reuniões de planejamento, nos conselhos de classe e nas decisões da gestão escolar.

- **Diretor:** Lidera o processo de análise dos resultados e de definição das ações a serem implementadas.
- **Especialistas:** Auxiliam na interpretação dos resultados e na elaboração de planos de ação.
- **Professores:** Participam ativamente do processo, contribuindo com suas experiências e sugestões para a melhoria da prática pedagógica.

Após a Divulgação dos Resultados: Analisar os resultados das avaliações logo após a sua divulgação, utilizando os dados para orientar o planejamento das ações do ano letivo seguinte.

Conselhos de Classe: Utilizar os conselhos de classe para monitorar o progresso dos alunos e ajustar as estratégias de ensino, com base nos resultados das avaliações.

Análise SWOT: Realizar uma análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) com base nos resultados das avaliações, identificando os pontos fortes e fracos da escola, as oportunidades de melhoria e as ameaças que podem comprometer o desempenho.

Definição de Metas: Definir metas SMART (Specific, Measurable, Achievable, Relevant, Time-bound) com base nos resultados das avaliações, estabelecendo objetivos claros e mensuráveis para a melhoria da qualidade da educação.

Elaboração de Planos de Ação: Elaborar planos de ação detalhados, com as ações a serem implementadas, os responsáveis, os prazos e os recursos necessários para alcançar as metas estabelecidas.

Monitoramento e Avaliação: Monitorar o progresso das ações implementadas e avaliar os seus resultados, ajustando as estratégias, se necessário, para garantir o alcance das metas.

Com esse PAE, pretende-se contribuir para a consolidação de uma cultura de avaliação, que se consolida em um conjunto de práticas que valorizam a avaliação como um processo contínuo e integrado ao trabalho pedagógico, entre elas a apropriação, interpretação e análise de resultados.

5. CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, buscamos aprofundar a compreensão sobre o processo de apropriação dos resultados das avaliações externas, em particular do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), em uma escola da rede estadual de Minas Gerais. A investigação revelou um cenário complexo, permeado por desafios e oportunidades, que nos leva a importantes considerações finais.

Inicialmente, é fundamental reconhecer a relevância das avaliações externas como instrumentos de diagnóstico e monitoramento da qualidade da educação. Conforme evidenciado na literatura, as avaliações em larga escala fornecem dados valiosos sobre o desempenho dos estudantes em diferentes áreas do conhecimento, permitindo identificar lacunas e direcionar ações de melhoria. No entanto, a simples aplicação das avaliações não garante a transformação da realidade educacional. É imprescindível que os resultados sejam apropriados e utilizados de forma eficaz pelas escolas, envolvendo a equipe gestora, os professores e a comunidade escolar.

Nesse sentido, a análise da Escola Estadual Minas do Amanhã demonstrou que, embora haja um conhecimento superficial sobre o que é uma avaliação externa, sua finalidade e importância para o desenvolvimento dos processos de aprendizagem, essa compreensão não se traduz em uma prática sistemática de apropriação dos resultados. Os dados coletados revelaram que os professores, em sua maioria, não têm acesso frequente à plataforma do Simave, não participam de discussões aprofundadas sobre os resultados e não utilizam as informações para o planejamento pedagógico de forma consistente.

Essa constatação nos leva a refletir sobre os fatores que dificultam a apropriação dos resultados das avaliações externas. Um dos principais desafios identificados é a falta de tempo e de formação específica para a análise e interpretação dos dados. Os professores, sobrecarregados com as demandas do cotidiano escolar, muitas vezes não dispõem do tempo necessário para se dedicarem a essa tarefa. Além disso, a ausência de uma cultura de avaliação na escola, com espaços de discussão e colaboração entre os profissionais, contribui para a fragmentação do processo e dificulta a transformação dos resultados em ações concretas.

Outro aspecto relevante é a percepção dos professores sobre as avaliações externas. Alguns veem esses instrumentos como uma cobrança excessiva, que não reflete a complexidade do trabalho realizado em sala de aula e não considera as particularidades dos alunos. Essa visão pode gerar resistência e desmotivação, dificultando a apropriação dos resultados e a implementação de mudanças na prática pedagógica.

Diante desse cenário, propomos um Plano de Ação Educacional (PAE) com o objetivo de construir uma cultura de apropriação dos resultados das avaliações externas na Escola Estadual Minas do Amanhã. O PAE se baseia em quatro ações principais:

1. **Capacitação da equipe escolar sobre avaliação:** Promover uma capacitação sobre o Sistema de Avaliação Brasileiro e o Simave, abordando os objetivos das avaliações, como são elaboradas e sua finalidade. O objetivo é desmistificar o conceito de avaliação e promover uma visão positiva e construtiva.
2. **Letramento sobre análise de resultados:** Realizar oficinas de letramento para orientar os professores sobre práticas de reflexão e análise de dados das avaliações do Simave. O objetivo é capacitar os professores a utilizar os resultados como ferramenta diagnóstica, identificando as dificuldades dos alunos e planejando estratégias de ensino adequadas.
3. **Divulgação transparente e acessível dos resultados:** Divulgar os resultados das avaliações internas e externas por meio de diferentes canais de comunicação, como murais, site da escola, redes sociais, reuniões de pais e boletins informativos. O objetivo é engajar a comunidade escolar no processo de melhoria da qualidade da educação.
4. **Utilização estratégica dos resultados como ferramenta de gestão:** Utilizar os resultados das avaliações para orientar o planejamento das ações da escola, as decisões da gestão escolar e os conselhos de classe. O objetivo é transformar os dados em ações de melhoria contínua, alinhadas com as necessidades dos alunos e com as metas estabelecidas.

Acreditamos que, por meio da implementação desse PAE, será possível construir uma cultura de avaliação na Escola Estadual Minas do Amanhã, com espaços de discussão e colaboração entre os profissionais, valorização dos dados como

ferramenta de gestão e transformação dos resultados em ações concretas de melhoria da prática pedagógica.

É importante ressaltar que a apropriação dos resultados das avaliações externas não é um processo simples e linear. Requer um esforço contínuo e sistemático, com o envolvimento de todos os membros da comunidade escolar. Além disso, é fundamental considerar o contexto específico de cada escola, suas particularidades e seus desafios.

Por fim, esperamos que esta dissertação possa contribuir para a reflexão e o debate sobre a apropriação dos resultados das avaliações externas na educação pública. Acreditamos que, ao investir na formação dos profissionais, na criação de espaços de discussão e na utilização estratégica dos dados, será possível transformar as avaliações em instrumentos de transformação da realidade educacional, promovendo a melhoria da qualidade do ensino e a garantia do direito à aprendizagem para todos os estudantes.

Em suma, a apropriação dos resultados das avaliações externas é um processo complexo que envolve a superação de diversos desafios e a construção de uma cultura de avaliação na escola. Ao investir na formação dos profissionais, na criação de espaços de discussão e na utilização estratégica dos dados, será possível transformar as avaliações em instrumentos de transformação da realidade educacional, promovendo a melhoria da qualidade do ensino e a garantia do direito à aprendizagem para todos os estudantes. A Escola Estadual Minas do Amanhã, com o apoio do PAE e o engajamento de sua comunidade escolar, tem o potencial de se tornar um exemplo de como a apropriação dos resultados das avaliações externas pode gerar impactos positivos na vida dos alunos e na qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. T. G.; SOARES, J.F. **Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.39, n.01, p.177-194, jan/mar. 2013.
- BAUER, A.; ALAVARSE, O. M.; OLIVEIRA, R. P. **Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez, 2015.
- BONAMINO, A.; SOUZA, S. Z. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.
- BOUDETT, K. P.; CITY, E. A.; MURNANE, R. J. **Data Wise: guia para o uso de evidências na educação.** Porto Alegre: Penso, 2020.
- BURGOS, M. T. B. A avaliação externa e os novos sujeitos da educação. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, MG, v.10, n.1, p.1082 - 1102, jan./jun. 2020.
- BURGOS, Marcelo T. Baumann; BELLATOLL, Caique Cunha. **Gerencialismo e pós-gerencialismo: em busca de uma nova imaginação para as políticas educacionais no Brasil.** Rio de Janeiro. v.09.03: 919–943, set.–dez., 2019.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB.** 9394/1996. BRASIL.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular.** Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: Acesso em: 20 jan.2023.
- BRASIL. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Resolução SEE/MG nº 4.692, 2021. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte. Disponível em <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4692-21-r%20-%20Public.%2030-12-21.pdf>. Acesso em: 11 out.2023.
- BRASIL. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Resolução SEE Nº 4.968, 2024. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte. Disponível em <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/4968-24-r-Public.-24-02-24.pdf>. Acesso em: 20 ago.2024.
- BRASIL. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG/MG. **Currículo Referência de Minas Gerais.** Belo Horizonte: MEC/SEB, 2018. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 jan.2023.
- DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Revista Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

ESCOLA MINAS DO AMANHÃ. **Projeto Político Pedagógico**, Juiz de Fora, 2022.

FRANCO, K. O.; CALDERÓN, A. I. **O Simave à luz das três gerações de avaliação da educação básica**. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, v. 28, n. 67, p. 132-159, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/3826/3345>. Acesso em: 17 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.Li

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua**: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Brasília: Enap, 2019.

LÜCK, H.. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba, Positivo, 2009.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAIA, A. C. B. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa: elaboração, aplicação e análise de conteúdo – Manual Didático**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

MINAS GERAIS. **Diretrizes do conselho de classe. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2023. Disponível em <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/diretrizes-conselho-de-classe-2023>. Acesso em 25 mar. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei Ordinária 20.592, de 28 de dezembro de 2012**. Belo Horizonte, 2012. Altera as leis nº 15.293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos profissionais de educação básica do estado, e 15.301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do grupo de atividades de defesa social do poder executivo, e dá outras providências. Disponível em <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-20592-2012-minas-geraisagosto-de-2004>. Acesso em 25 mar. 2023.

MINAS GERAIS. **Portal SIMAVE Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública**. 2019. Disponível em: <https://Simave.educacao.mg.gov.br/#!/resultados>. Acesso em: 29 nov. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **SEDE/MG** Belo Horizonte. 2024. Disponível em: <https://desenvolvimento.mg.gov.br/>. Acesso em 26 ago. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **SIMAVE – 2022 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. V. 2 (2022)**, Juiz de Fora – Anual Conteúdo: Revista da Rede estadual e redes municipais.

MOSSO, M. M. **Planejamento Educacional Estratégico e Tático**. Rio de Janeiro: ESC, 2013.

VIEIRA, E.; VOLQUIND, L. **Oficinas de ensino: O quê? Por quê? Como?** 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

QEDU. **IDEB**. 2018. Disponível em: Qeduc:<http://cdn.novo.qedu.org.br/escola/ideb>. Acesso em: 29 nov. 2022.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA CAED - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.

Bloco I - As avaliações externas dos sistemas educacionais.

1. O que você entende como avaliação externa?
2. Quais avaliações externas você conhece?
3. Como essas avaliações chegam na escola (há uma conversa, uma apresentação, como é organizada? Há alguma orientação sobre a aplicação)?
4. Como você, professor/a aplica essas provas? (Auxilia os alunos?)
5. Já aconteceu alguma situação em que você sentiu que precisava ajudar os alunos no momento da prova? Como foi essa ajuda?

Bloco II – Acesso, apropriação e uso dos resultados do Simave/Proeb.

6. Os resultados dessas avaliações são discutidos na escola? Se sim, como?
7. São previstos no PPP da escola encontros para apresentação e divulgação dos resultados. Esses encontros acontecem? Se sim, como? (em quais períodos/ ocasiões? Em qual local? Como é a dinâmica?)
8. Vocês discutem com os colegas os resultados do Simave/Proeb? Em quais momentos?
9. Vocês têm acesso aos resultados das avaliações do Simave/Proeb? Se sim, como?
10. Você conhece a plataforma do Simave/Proeb? Faz uso dela? O que acha dessa plataforma?
11. Você tem acesso aos boletins pedagógicos? Você os utiliza? O que acha desse material?
12. Como você analisa os resultados do Simave/Proeb na escola? Os resultados são positivos? A que fatores você atribui tais resultados?
13. O que significa para você a Média de Proficiência da escola?
14. Em qual Padrão de Desempenho do Simave/Proeb se encontra sua escola?
15. Podemos estabelecer uma relação entre Padrão de Desempenho e qualidade do processo ensino aprendizagem da escola? Como é essa relação?

16. Você se sente cobrado/a em relação aos resultados das avaliações? Se sim, como?
17. Os resultados das avaliações do Simave/Proeb são considerados por você em seu planejamento pedagógico? (plano de aula; avaliação elaborada pelo professor/a)
18. Os resultados das avaliações são divulgados aos responsáveis dos alunos? Se sim, como? (Reuniões; informes)
19. O PPP da escola prevê, com base nos resultados das avaliações externas, ações coletivas que contribuem para a garantia do direito à aprendizagem. Você considera que isso é feito? Se sim, quais ações foram desenvolvidas?
20. Você considera que o trabalho com apropriação dos resultados das avaliações externas auxilia para melhorar o desempenho dos alunos? Se sim, como?

Fonte: Elaboração própria com base no roteiro de entrevista da dissertação de Maria Vanderli de Souza Bastos (Juiz de Fora, 2017)

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA ESCOLA ESTADUAL MINAS DO AMANHÃ.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA CAED - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.

Bloco I - As avaliações externas dos sistemas educacionais.

1. O que você entende como avaliação externa?
2. Quais avaliações externas você conhece?
3. Como essas avaliações chegam na escola (há uma conversa, uma apresentação, como é organizada? Há alguma orientação sobre a aplicação)?
4. Enquanto membro da equipe gestora você é orientado sobre formas de orientar a equipe docente que vai realizar a aplicação?
5. Durante a aplicação você percebe alguma resistência em aplicar as avaliações por parte dos professores?

Bloco II – Acesso, apropriação e uso dos resultados do Simave/Proeb.

6. Os resultados dessas avaliações são discutidos na escola? Se sim, como?
7. São previstos no PPP da escola encontros para apresentação e divulgação dos resultados. Esses encontros acontecem? Se sim, como? (em quais períodos/ocasiões? Em qual local? Como é a dinâmica?)
8. Vocês discutem com os colegas os resultados do Simave/Proeb? Em quais momentos?
9. Vocês têm acesso aos resultados das avaliações do Simave/Proeb? Se sim, como?
10. Você conhece a plataforma do Simave/Proeb? Faz uso dela? O que acha dessa plataforma?
11. Você tem acesso aos boletins pedagógicos? Você os utiliza? O que acha desse material?
12. Há algum tipo de cobrança por parte da supervisão aos professores sobre os resultados dos alunos?

13. Como você analisa os resultados do Simave/Proeb na escola? Os resultados são positivos? A que fatores você atribui tais resultados?
14. O que significa para você a Média de Proficiência da escola?
15. Em qual Padrão de Desempenho do Simave/Proeb se encontra sua escola?
16. Podemos estabelecer uma relação entre Padrão de Desempenho e qualidade do processo ensino aprendizagem da escola? Como é essa relação?
17. Você se sente cobrado/a em relação aos resultados das avaliações? Se sim, como?
18. Os resultados das avaliações do Simave/Proeb são considerados por você na orientação do planejamento pedagógico? (plano de aula; avaliação elaborada pelo professor/a)
19. Os resultados das avaliações são divulgados aos responsáveis dos alunos? Se sim, como? (Reuniões; informes)
20. O PPP da escola prevê, com base nos resultados das avaliações externas, ações coletivas que contribuem para a garantia do direito à aprendizagem. Você considera que isso é feito? Se sim, quais ações foram desenvolvidas?
21. Você considera que o trabalho com apropriação dos resultados das avaliações externas auxilia para melhorar o desempenho dos alunos? Se sim, como?

Fonte: Elaboração própria com base no roteiro de entrevista da dissertação de Maria Vanderli de Souza Bastos (Juiz de Fora, 2017)